

Já no que tocou aos empreendimentos marítimos, os Pereiras pareceram-lhes avessos, pelo menos no tocante às suas figuras cirneiras. E não foi a circunstância de o seu património ter registado um crescimento que, apesar de assinalável, ficou aquém daquele de que beneficiaram outras casas senhoriais, que os fez entusiasmar com as variadas promessas do Oriente. Assim os condes da Feira, remeteram-se a uma presença como que indirecta, incumbência da sua parentela que, de algum modo, lhe poderia servir de auscultadora dessas novas realidades e marcadora da posição que fosse necessário salvaguardar. O tempo seria pois, ainda, de incertezas quanto à adequação de chefes de linhagem se envolverem em tais empreendimentos e a Casa da Feira não queria ou não podia arriscar os que lhe ocupavam o topo. E, na verdade, isso não lhe parece ter ofuscado o brilho, a julgar pela sua presença cortesã em tempos de D. Manuel I.

Mas atrás de tempos tempos vêm e o reinado seguinte registará a presença de Pereiras, de primeira água, por terras da Índia, as interrogações tinham dado lugar às certezas, a Casa da Feira não podia dispensar esse espaço de variadas fontes de glória.

## TRISTÃO DA CUNHA E A EXPANSÃO MANUELINA

ANDREIA MARTINS DE CARVALHO \*  
CHAM

O presente trabalho pretende ser uma síntese biográfica de uma personagem controversa, enigmática, cujo posicionamento na corte portuguesa de Quinhentos não será sempre de fácil compreensão. Passaram quase três décadas sobre a publicação do trabalho de Banha de Andrade em torno da vida de Tristão da Cunha<sup>1</sup>. Mas o retrato global da sua vida permanece ainda pouco claro, abafado pelos inúmeros detalhes biográficos registados nos arquivos. Procuraremos então enquadrar os traços mais significativos da carreira de Tristão da Cunha, sem nos determos em demasia sobre os pormenores que já foram tão bem esmiuçados pelo atrás citado historiador.

Nascido pouco depois da morte do infante D. Henrique, Tristão da Cunha acompanhou o crescimento do movimento expansionista português nas suas fases decisivas, desde a exploração do Atlântico Sul até à conquista de Diu. Ligado inicialmente à casa de Viseu/Beja, Tristão da Cunha viu-se catapultado para a vida de corte após a subida ao trono de D. Manuel. Parece não haver dúvidas sobre a sua estreita ligação com este monarca, que o escolheu para ser o primeiro representante oficial da coroa portuguesa no Oriente.

\* Bolseira da FCT.

<sup>1</sup> António Alberto Banha de Andrade, *História de um fidalgo quinhentista português. Tristão da Cunha*, Lisboa, 1974. Para uma revisão crítica da obra, veja-se a de Jean Aubin, «Pour une biographie de Tristão da Cunha [ca.1460-1539] (extraído de *Mare Luso-Indicum*, III, Paris, 1976, pp. 188-193), in *Le Latin et l'Astrolabe*, vol. II, pp. 557-562.

## A família

### A Linhagem dos Cunhas

Tristão da Cunha descendia de uma linhagem que servia a Coroa desde o século XIII<sup>2</sup>. O seu bisavô era Gil Vaz da Cunha, alferes-mor de D. João I<sup>3</sup>. Foi nessa qualidade que serviu na batalha de Trancoso em 1385. Após ter militado inicialmente, embora relutantemente, nas fileiras do mestre de Avis, Gil Vaz da Cunha, acompanhando o seu irmão mais velho Martim Vaz da Cunha, seguiu brevemente as pretensões castelhanas ao trono português, demorando-se no país vizinho de 1398 a 1403<sup>4</sup>. Após o seu regresso D. João I restituiu-lhe finalmente todos os seus bens, os quais tinham sido confiscados e doados ao seu cunhado, o condestável D. Nuno Álvares Pereira<sup>5</sup>. O seu património incluía, entre outras, as terras da Maia, Celorico de Basto e Montelongo<sup>6</sup>. D. Isabel Pereira, filha bastarda do prior do Crato, D. Álvaro Gonçalves Pereira, e irmã do Condestável, foi a sua primeira esposa, de quem teve quatro filhos<sup>7</sup>.

O quarto filho de Gil Vaz da Cunha e de D. Isabel Pereira é nomeado pelas crónicas João Pereira, de alcunha *Agostim*. Sem património próprio que lhe permitisse uma vida e carreira estável, acabou por integrar os «*Doze de Inglaterra*», grupo de jovens cavaleiros, desejosos de grandes proezas, liderados pelo *Magriço*. O seu trajecto esteve sempre ligado à Casa de Avis. João Pereira e seus irmãos acompanharam o seu pai em 1415 na conquista de Ceuta, ao lado de D. João I, dos infantes e da restante nobreza. João Pereira acabaria por permanecer aí por algum tempo, comandando o contingente de trezentos homens do infante D. Henrique<sup>8</sup>, de cuja casa

<sup>2</sup> Cf. Rita Costa Gomes, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, Lisboa, 1995, pp. 81-84. Ver árvore genealógica 1.

<sup>3</sup> Para a contextualização da nobreza no início da dinastia de Avis, veja-se Mafalda Soares da Cunha, *A Nobreza Portuguesa do século XV: renovação e continuidade*, Coimbra, 1997, sep. *Revista Portuguesa de História*, t. XXXI, vol. 2 (1996).

<sup>4</sup> Cf. Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, intr. Humberto Baquero Moreno, 1990, vol. 2, p. 376.

<sup>5</sup> O título de alferes-mor não lhe foi restituído. Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra* (doravante *Brasões*), 1996, vol. I, p. 169.

<sup>6</sup> Cf. *Brasões*, I, p. 169. Veja-se ainda IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 13, fls. 19v-20v. Évora, 15.IX.1497. Confirmação dada a Pêro da Cunha, fidalgo da Casa Real e do conselho, das doações de Celorico de Basto, Borba, Ganhões, Vale de Bouro e Montelongo, do julgado de Jesufrei e da terra de Portocarreiro, relacionada com uma carta dada a Gil Vaz da Cunha a 1.VI.1440.

<sup>7</sup> Gil Vasques da Cunha casou depois em segundas núpcias com Leonor Gonçalves de Moura, sem descendência. Cf. Jacinto Leitão Manso de Lima, *Famílias de Portugal*, texto policopiado, Lisboa, 1925, vol. 9, pp. 223-226 e *Brasões*, I, pp. 169-170.

<sup>8</sup> Cf. *Brasões*, I, p. 170; Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, ed. e estudo de Maria Teresa Brocardo, s.l., 1997, p. 201 e Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. xxxvi.

fazia parte<sup>9</sup>. Assim se iniciava uma duradoura ligação deste ramo da família à casa de Viseu/Beja.

João Pereira *Agostim* casou com D. Beatriz Gonçalves, também ela oriunda de uma família implantada na Beira<sup>10</sup>, de quem teve um único filho: Nuno da Cunha, pai de Tristão da Cunha. Nuno da Cunha, apesar de primogénito, era filho de um quarto filho, e neto de outro. A sua posição social, malgrado a pertença à fidalguia, não lhe permitiu grandes aspirações. A família não possuía já bens patrimoniais que pudessem assegurar a sua sobrevivência; restou-lhe apenas a esfera de influência paterna e a sua ligação ao infante D. Henrique. Ainda assim, Nuno da Cunha terá conseguido distinguir-se. Nos anos quarenta, esteve ao serviço da Coroa em Ceuta<sup>11</sup>, campo normal de afirmação dos jovens fidalgos portugueses. Em 1450 aparecia registado como fidalgo da Casa Real<sup>12</sup> e cerca de uma década mais tarde era mencionado na documentação como conselheiro régio<sup>13</sup>. O seu serviço à Coroa, presumimos que através da casa de Viseu, acabou por ser recompensado com o cargo de camareiro-mor do duque de Viseu, o infante D. Fernando<sup>14</sup>, filho adoptivo e herdeiro do infante D. Henrique.

O cargo de camareiro-mor conferiu a Nuno da Cunha o acesso mais privado ao infante D. Fernando, duque de Viseu e mestre da Ordem de Santiago e Avis<sup>15</sup>. Em 1453, numa das fugas não consentidas por D. Afonso V, cujo destino final seria Marrocos, o infante fez-se acompanhar apenas deste fidalgo e de mais dois criados<sup>16</sup>, o que revela claramente a pertença de Nuno da Cunha ao círculo íntimo de D. Fernando.

A sua posição de destaque dentro da hierarquia da casa de Viseu trouxe ainda outros benefícios a Nuno da Cunha. Como mestre da Ordem de Santiago, D. Fernando naturalmente distribuía pelos membros da sua casa os recursos das ordens que administrava, pelo que o tipo de recompensas atri-

<sup>9</sup> Cf. João Silva e Sousa, *A Casa Senhorial do Infante D. Henrique*, Lisboa, 1991, p. 119.

<sup>10</sup> Era filha de Gonçalo Rodrigues Galafura, senhor do morgado de Medelo. Cf. *Brasões*, I, p. 170.

<sup>11</sup> Cf. Pedro Azevedo (dir.), *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*, Lisboa, 1915, vol. 1, p. 331. Carta de quitação a Afonso Cerveira de várias contas, com data de 8.XII.1446. Aparece no documento referência a Nuno da Cunha, com oito mil reais de mantimento e soldo respeitante ao seu serviço em Ceuta.

<sup>12</sup> Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 115v. Setúbal, 3.VII.1450.

<sup>13</sup> Como consta de um documento de 7.VI.1467, publicado em *Descobrimientos Portugueses*, Lisboa, 1988 (doravante DP), vol. 3, p. 60-61. Ver *infra* nota 57.

<sup>14</sup> Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 1, fls. 70-70v. Tentúgal, 18.IX.1462.

<sup>15</sup> Sobre a actuação do infante D. Fernando no contexto da Ordem de Santiago veja-se Humberto Baquero Moreno, «O infante Dom Fernando, Mestre da Ordem de Santiago», in *As Ordens Militares em Portugal e no sul da Europa*, *Actas do II encontro sobre Ordens Militares*, coordenação de Isabel Cristina F. Pacheco e Paulo Pacheco, Palmela, 1992, pp. 325-343 e Maria Cristina Gomes Pimenta, *As Ordens de Avis e de Santiago na Baixa Idade Média. O governo de D. Jorge*, Palmela, 2002, pp. 52-54.

<sup>16</sup> Cf. Rui de Pina, *Crónica de D. Afonso V*, cap. cxxii.

buídas a este fidalgo não constituíram excepção. Nuno da Cunha foi comendador de Aljustrel e também de Ourique, na Ordem de Santiago, duas das comendas mais importantes da Ordem em termos de prestígio e rendimento<sup>17</sup>. Os interesses económicos de Nuno da Cunha parecem ter estado situados na esfera territorial da Ordem de Santiago, como por exemplo Setúbal<sup>18</sup> e Ourique, onde possuía uma pequena herdade<sup>19</sup>. Terá sido Palmela, sede da Ordem de Santiago, o local escolhido para estabelecer domicílio, chegando a prestar serviço como alcaide-mor do castelo e da vila até falecer<sup>20</sup>. Em Setúbal também terá possuído alguma propriedade imóvel. Ironicamente, após a morte de Nuno da Cunha, a sua casa foi o palco da morte do duque de Viseu D. Diogo às mãos de D. João II<sup>21</sup>.

### A linhagem materna de Tristão da Cunha<sup>22</sup>

Nuno da Cunha foi casado com D. Catarina de Albuquerque, filha de Luís Álvares Pais, mestre-sala de D. Afonso V e de D. Teresa de Albuquerque, pelo que eram ainda primos<sup>23</sup>. Note-se que a família de Luís Álvares Pais tinha a

<sup>17</sup> Cf. Francis Dutra, Francis, «Evolution of the Portuguese Order of Santiago, 1492-1600» in *Mediterranean Studies*, IV, 1994, p. 70. Um outro membro da linhagem Cunha, o seu primo co-irmão Gil Vaz da Cunha, irmão de João Rodrigues de Sá, foi um dos comendadores mais destacados da Ordem de Santiago. Foi comendador de Ourique: cf. Luís Adão da Fonseca, «Os comandos da Segunda armada de Vasco da Gama à Índia (1502-1503)», in *Mare Liberum*, n.º 16, Lisboa, 1998, p. 15. Exerceu ainda funções de visitador da ordem em Mértola no ano de 1482: cf. Isafias da Rosa Pereira, «Visitações de Mértola de 1482» in *As ordens Militares em Portugal e no sul da Europa. Actas do II Encontro sobre Ordens Militares*, Lisboa, 1997, p. 345-371. Gil Vaz da Cunha foi um dos definidores do capítulo geral de Santiago em 1508 e foi ainda membro dos *Treze*, o principal órgão colegial da Ordem de Santiago: cf. Maria Cristina Gomes Pimenta, *op. cit.*, p. 104 e 442.

<sup>18</sup> Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 1, fls. 70-70v. Tentúgal, 18.IX.1462. O rei confirmava o aforamento a Nuno da Cunha, fidalgo e camareiro-mor da casa do infante D. Fernando, de um alpendre do concelho, na Praça da Ribeira em Setúbal. Ainda IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 32, fls. 30-34. Viana-a-par-de-Alvito, 14.I.1480. D. Afonso V perdoava a justiça régia a Álvaro Eanes, escudeiro e criado de Nuno da Cunha, morador na vila de Setúbal, por ter ferido Alle e Cid Rodrigues, pescadores, mediante o perdão das partes, tendo pago 4.000 reais para a Arca da Piedade.

<sup>19</sup> Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 30, fl. 6v. 20.I.1470. D. Afonso V coutava a pedido de Nuno da Cunha, conselheiro régio, uma herdade deste no termo de Ourique.

<sup>20</sup> Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 7, fl. 111, s.d. [1480?]. D. Afonso V nomeia Antão de Faria, camareiro-mor e armador-mor, para o cargo de alcaide-mor do castelo e vila de Palmela, com todas as honras, privilégios e liberdades como tinha o seu antecessor, Nuno da Cunha, que morrera. Cf. Biblioteca da Ajuda, cod. 49-IX-39, fls. 21 e 23, que apresentam cópia do documento num códice pertencente à família de Antão de Faria.

<sup>21</sup> Cf. Garcia de Resende, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, introdução de Joaquim Veríssimo Serrão, Lisboa, 1973, cap. liii.

<sup>22</sup> Cf. *Livro de Linhagens*, pp. 351-352. Ver árvore genealógica 2.

<sup>23</sup> Gil Vaz da Cunha, avô de Nuno da Cunha e D. Isabel de Albuquerque, avó de D. Catarina, eram ambos filhos de Vasco Martins da Cunha, o velho.

sua origem em Álvaro Pais, um dos principais apoiantes em Lisboa do mestre de Avis. D. Catarina de Albuquerque teve vários irmãos, alguns com cargos palatinos. Álvaro da Cunha<sup>24</sup>, fidalgo da Casa Real e senhor de Gestaçõ e Penajóia<sup>25</sup>, foi um dos fiéis companheiros de D. João II. Homem da corte, desempenhou as funções de estribeiro-mor de D. João II, integrando o círculo privado do monarca<sup>26</sup>, pois era «pessoa de quem muito confiava»<sup>27</sup>. A sua lealdade à Coroa prolongou-se com D. Manuel<sup>28</sup>. Também os restantes irmãos de D. Catarina de Albuquerque frequentaram a corte, acompanhando o seu pai. Gonçalo Vaz de Melo foi mestre-sala de D. João II, como seu pai o tinha sido<sup>29</sup>. O filho mais novo de Luís Álvares foi Pêro Vaz da Cunha, o Bisagudo, capitão-mor da armada que D. João II enviou à costa da Guiné com D. João Bemoim em 1488<sup>30</sup>. A irmã de D. Catarina de Albuquerque, D. Joana de Albuquerque, casara com João Rodrigues de Sá, também ele filho de um membro da linhagem Cunha<sup>31</sup>. Deste enlace, o terceiro para João Rodrigues

<sup>24</sup> Note-se que Banha de Andrade cometeu um lapso, identificando Álvaro da Cunha como tio paterno de Tristão da Cunha, quando de facto era seu tio materno: cf. Andrade, *op. cit.*, p. 27.

<sup>25</sup> Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 21, fl. 55. Cartas datadas de Santarém, 15.XI.1487. Carta régia de doação de Penajóia e seus termos a Álvaro da Cunha, fidalgo da Casa Real e estribeiro-mor, querendo galardoar os seus serviços dentro e fora do reino, com todos os senhorios e alcaldarias com direitos, foros e tributos. O monarca doou-lhe a terra em satisfação da vila de Cheleiros, que lhe tinha doado, mas que fora tirada por sentença por pertencer a D. Leonor de Noronha. Carta de doação de Gestaçõ, com seus termos, jurisdição, mero e misto império, reservando para a Coroa a alçada e correição e as sua alcaldaria, tabeliães e pensão deles, com todas as rendas e direitos, jugadas, foros, tributos, entradas e saídas. Ver a confirmação das mesmas cartas de doação de Gestaçõ e Penajóia em IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 13, fl. 24 e *Leitura Nova*, Além Douro, liv. 2, fl. 26, datadas de Évora, 6.XI.1497.

<sup>26</sup> Álvaro da Cunha participou nas celebrações do casamento entre o príncipe Afonso com a infanta de Castela, aparecendo numa justa com diversos outros fidalgos. Cf. Garcia de Resende, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, cap. cxxviii. Em 1493, o rei nomeou-o capitão da armada que pretendia mandar para o Levante: *ibidem*, cap. cxlvii. Também o nomeou para a capitania das torres de Cascais e baluarte da Caparica, para guardar a entrada do Tejo: *ibidem*, cap. clxxxii.

<sup>27</sup> Cf. *ibidem*, cap. cxlvii.

<sup>28</sup> Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 38, fls. 92-92v e *Leitura Nova*, Além Douro, liv. 1, fl. 221v. Publicado em *Portugaliae Monumenta Africana*, Instituto de Investigação Científica e Tropical, CNCDP/INCM, (doravante PMA), III, pp. 189-191. Em 1501, Álvaro da Cunha renunciou às terras de Gestaçõ e Penajóia, para fazer serviço ao rei. D. Manuel fez delas doação a Fernão Lourenço, conselheiro régio, tesoureiro e feitor dos tratos da Guiné e das Índias. O documento tem a data de 26.X.1501. Álvaro da Cunha era ainda vivo em 1504, quando D. Manuel pousou nas suas casas em Xabregas: cf. *Brasões*, II, 154.

<sup>29</sup> Cf. *Livro de Linhagens do século XVI*, introdução de António Machado de Faria (doravante *Livro de Linhagens*), Lisboa, Academia da História, 1956, p. 352.

<sup>30</sup> Cf. nosso artigo e de Alexandra Pelúcia «Os primeiros fidalgos na Costa da Guiné», in *Anais de História de Além-Mar*, vol. II, 2001, p. 137. Pêro Vaz da Cunha terá falecido no ano de 1504. Os seus testamenteiros, e presume-se herdeiros, foram o seu irmão Álvaro da Cunha e o sobrinho Tristão da Cunha. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 19, fl. 40, com data de Lisboa, 3.X.1504 e IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 19, fl. 40v, com data de Lisboa, 13.X.1504.

<sup>31</sup> Ver quadro genealógico 1.

de Sá, nasceram entre outros, Garcia de Sá e Francisco de Sá<sup>32</sup>, primos co-irmãos de Tristão da Cunha.

Do casamento de Nuno da Cunha com D. Catarina nasceram três filhos: o primogénito era Tristão da Cunha, nascido provavelmente nos finais da década de 50 ou na década de 60; a única filha do casal, D. Joana de Albuquerque, casou com o futuro governador da Índia, Lopo Soares de Albergaria<sup>33</sup>. Por fim, pouco sabemos do último filho, Simão da Cunha. Fora casado com D. Margarida de Figueiredo, filha de um escrivão da Fazenda de D. Afonso V<sup>34</sup>. Simão da Cunha terá falecido provavelmente no início da década de noventa ao serviço do rei na costa da Guiné, onde se encontrava como capitão de uma armada<sup>35</sup>.

Catarina de Albuquerque casou em segundas núpcias com o marechal D. Fernando Coutinho, presume-se que ainda antes de 1480, pois Nuno da Cunha estava já morto em 1477<sup>36</sup>.

Tristão da Cunha, tal como seu pai, não herdou nenhum domínio territorial. Os rendimentos de Nuno da Cunha advieram dos cargos que ocupara ao serviço da Coroa, do ducado de Viseu, e da Ordem de Santiago. Bem revelador da posição secundária deste ramo da linhagem é o facto de nenhum

<sup>32</sup> Ver quadro genealógico 2. Francisco de Sá partiu para o Oriente pela primeira vez em 1509 como capitão da Carreira, participando depois na conquista de Goa em 1510. Depois de regressado ao reino foi nomeado vedor da Fazenda do Porto, mas rumaria novamente ao Oriente com D. Vasco da Gama em 1524, com o propósito de erigir uma fortaleza portuguesa em Sunda. Para este personagem, veja-se o artigo de Luís Filipe Thomaz, «O malogrado estabelecimento oficial dos Portugueses em Sunda» in *Anais de História de Além-Mar*, Lisboa, 2002, pp. 381-607, *maxime* 440-441. Garcia de Sá foi para a Índia em 1518, onde exerceu a capitania de Malaca de 1519 a 1521, regressando depois ao reino. Partiu novamente para a Índia com o novo governador Nuno da Cunha em 1528 de onde não mais regressaria. Foi capitão de Malaca de 1529 a 1533 e de Baçaim de 1536 a 1539. Já idoso, participou em 1546 no segundo cerco de Diu e acabou por chegar ao comando supremo do Estado Português da Índia em 1548, após a morte de D. João de Castro. O próprio Garcia de Sá viria a falecer no ano seguinte.

<sup>33</sup> Cf. *Livro de Linhagens*, p. 143 e C. Alão de Moraes, *Pedatura Lusitana*, ed. de A. M. Vasconcelos, A. F. Cruz e E. Cunha e Freitas, Porto, 1943-1948, tomo III, vol. 1, p. 471 (doravante *Pedatura Lusitana*).

<sup>34</sup> Filha de Henrique de Figueiredo, escrivão da Fazenda de D. Afonso V e D. João II: cf. Manuel José da Costa Felgueiras Gayo, *Nobiliário das famílias de Portugal*, 3.<sup>a</sup> ed., Braga, Carvalhos de Basto, 1992, vol. IV, p. 165 e *Pedatura Lusitana*, tomo I, vol. 2, p. 356. Este Henrique Figueiredo poderá ter sido também recebedor da Casa da Mina. Veja-se *infra* nota 49.

<sup>35</sup> Cf. PMA, II, p. 86. Documento datado de 22.IV.1492. Carta de mercê de uma tença anual de dez mil reais brancos a Margarida de Figueiredo em virtude do seu marido, Simão da Cunha, ter falecido em serviço nas partes da Guiné, aonde fora como capitão de uma armada. Deste matrimónio nasceu D. Guiomar da Cunha, mais tarde esposa de D. Henrique de Meneses, futuro governador da Índia.

<sup>36</sup> Cf. *Brasões*, I, p. 171. Documento do *Liv. I da Ordem de Santiago*, fl. 31. Datado de 19.V.1477. A D. Catarina, mulher que fora de Nuno da Cunha, mercê de uma tença vitalícia de 972 reais brancos, dos quais havia pagamento pelo foro de um pomar que trazia na Ordem de Santiago no termo de Palmela.

dos filhos de Nuno da Cunha ter conseguido aliar-se matrimonialmente com linhagens de maior prestígio, contrariamente a outros ramos familiares. O casamento de Tristão da Cunha ocorreu com um membro de uma família que não era da fidalguia, mas que conseguira atingir alguma estabilidade social através dos cargos desempenhados na administração do reino. A sua esposa, apelidada pelos genealogistas D. Antónia Pais ou Albuquerque era filha de Pêro Gonçalves, secretário de D. Afonso V (de 1449 a 1464) e de sua mulher Leonor Pais<sup>37</sup>. Esta era irmã de João Rodrigues, contador-mor de Lisboa<sup>38</sup>. Iniciou-se, assim, a ligação estreita e contínua de Tristão da Cunha com a rede administrativa da Coroa, actuando sobretudo em Lisboa.

### Serviço à Coroa e iniciativa privada

Tristão da Cunha entrou na esfera da corte portuguesa através da casa de Viseu, ao servir de camareiro-mor do duque D. Diogo, herdando assim o cargo que já desempenhara seu pai. Não sabemos se Tristão da Cunha estaria ainda ao serviço do jovem duque quando este foi morto pelo próprio monarca em 1484. A certo momento, Tristão da Cunha terá passado para o serviço directo à Coroa, sob os olhos protectores do seu tio Álvaro da Cunha. Como qualquer membro da fidalguia portuguesa, Tristão da Cunha tomaria parte dos acontecimentos políticos e sociais da corte, iniciando-se nas lides militares. Nesse âmbito, é provável a sua participação na gorada expedição à Graciosa em 1489, ao comando de uma caravela<sup>39</sup>. A sua inclusão nos contingentes da campanha africana ter-lhe-ão valido a atribuição do privilégio de fabrico e venda exclusiva da saboaria de Coimbra, no ano seguinte<sup>40</sup>.

A longa carreira de Tristão da Cunha firmou-se certamente sob os auspícios do novo monarca, irmão mais novo do duque D. Diogo, e graças à lembrança de mais de meio século de serviço da linhagem à casa ducal. No início do reinado do *Venturoso* Tristão da Cunha figurava como fidalgo da Casa Real, recebendo uma tença anual de 50.000 reais<sup>41</sup>. A sua posição na corte proporcionar-lhe-á a passagem por terras castelhanas e aragonesas em 1498, no

<sup>37</sup> Cf. Gayo, VIII, p. 62 e *Pedatura Lusitana*, tomo II, vol. 1, p. 135. Leonor Pais era filha de Paio Rodrigues, escrivão da Fazenda de D. Afonso V e depois contador-mor de Lisboa.

<sup>38</sup> Cf. *Brasões*, I, 174. Sobre João Rodrigues Pais e a ligação da sua família ao cargo de contador-mor de Lisboa veja-se Virgínia Rau, *A Casa dos Contos*, Coimbra, 1951, pp. 181ss.

<sup>39</sup> Cf. A. Braamcamp Freire, *As expedições e armadas nos anos de 1488 e 1489*, Lisboa, 1915, p. 38 e 40. Foi Jean Aubin a chamar a atenção para este episódio na sua recensão à obra de Banha de Andrade: cf. *op. cit.*, 559.

<sup>40</sup> Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 16, fl. 42. Évora, 18.VI.1490. Publicado em Andrade, *op. cit.*, pp. 193-194.

<sup>41</sup> Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 40, fl. 58v. Setúbal, 26.IV.1496. Publicado em Andrade, *op. cit.*, pp. 194-195. No documento faz-se especial menção aos serviços prestados ao duque D. Diogo como seu camareiro.

âmbito da solene campanha dos reis portugueses, por ocasião do juramento de D. Miguel da Paz, príncipe herdeiro das três coroas ibéricas<sup>42</sup>. A vertente diplomática de Tristão da Cunha nunca deixaria de estar associada ao carácter guerreiro. Apesar da documentação não nos permitir ter certezas<sup>43</sup>, é possível que a sua habilidade guerreira tenha sido novamente exercitada em 1501. Foi nesse ano que D. Manuel organizou uma armada, sob o comando de D. João de Meneses, destinada ao auxílio dos venezianos, que acabaria por resultar numa confrontação com os turcos em Orão<sup>44</sup>. Tristão da Cunha foi finalmente distinguido em 1503 como conselheiro do rei<sup>45</sup>.

Durante a primeira década do século XVI, Tristão da Cunha consagrou-se sobretudo a diversas actividades administrativas da alçada da Coroa. Entre estas, contou-se o cargo de recebedor dos assentamentos das Moradias<sup>46</sup>, cargo que tinha sido anteriormente do conhecido empreendedor Fernão de Noronha<sup>47</sup>. Tristão da Cunha exerceu-o em colaboração com Bartolomeu Marchionni, no ano de 1503 e novamente em 1505<sup>48</sup>. Além de ter estado envolvido no pagamento das moradias, também prestou outros serviços à Coroa<sup>49</sup>, nomeadamente avançando dinheiro à Câmara de

<sup>42</sup> Cf. Garcia de Resende, *op. cit.*, p. 299 e Damião de Góis, *Crónica do felicíssimo rei D. Manuel*, I, xxvi (doravante *Crónica*, seguida de parte e capítulo).

<sup>43</sup> Existiram pelo menos dois homónimos de Tristão da Cunha que não devem com ele ser confundidos. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 5, fl. 26. Carta de privilégio de cavaleiro dada a um morador na vila de Torres Novas, o qual fora armado pelo conde de Tarouca em Tânger. Datada de Tavira a 18.XI.1508. Um outro Tristão da Cunha desempenhou funções de escrivão: cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 1, fl. 36v, com data de Lisboa, 23.VI.1501.

<sup>44</sup> Cf. Andrade, *op. cit.*, p. 24. Esta informação foi avançada pelo autor baseado num documento existente no *Corpo Cronológico*, I, 3-84, que menciona Tristão da Cunha como capitão de uma embarcação *Frol de La Mar*. No entanto, não existem mais dados que corroborem este documento. Poderá ser o morador de Torres Novas citado na nota anterior.

<sup>45</sup> Cf. IAN/TT, *C.C.*, II, 7-71. Lisboa, 18.III.1503. Publicado em Andrade, *op. cit.*, p. 196.

<sup>46</sup> Fernão de Loronha ou Noronha, cavaleiro da Casa Real, e Álvaro Pimentel exerceram o cargo nos anos de 1494 a 1496: cf. PMA, II, pp. 357-358. Novamente Fernão de Noronha em 1499. Em 1500 e 1501 era pagador das moradias João Rodrigues Mascarenhas, escudeiro da Casa Real: cf. PMA, III, pp. 257-258 e pp. 130-131.

<sup>47</sup> Fernão de Noronha era um dos mais constantes intervenientes na administração e nas finanças. Era também um dos mais activos participantes no comércio da Guiné, armando navios que iam para a costa da Malagueta fazendo a volta para o reino por Cabo Verde (IAN/TT, *C.C.*, I, 4-42, datado de 22.XII.1503. Publicado em PMA, vol. III, pp. 343-345, doc. 216). Detinha também interesses comerciais na Mina, onde um dos seus criados estava na fortaleza com o trato do vinho e dos escravos (IAN/TT, *C.C.*, I, 4-49, datado de 6.I.1504. Publicado em PMA, pp. 348-350, doc. 219). Estava ainda envolvido nos negócios das ilhas atlânticas: cf. PMA, III, pp. 400-401. Tinha, além disso, um interesse activo no comércio do Brasil: cf. *O Império Luso-Brasileiro (1500-1620)*, coord. de Harold Johnson e Beatriz Nizza da Silva, in *Nova História da Expansão*, coord. Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques, volume VI, s. I, 1992, pp. 81-82.

<sup>48</sup> Cf. Andrade, *op. cit.*, p. 29 e ss. e respectivos apêndices documentais aí mencionados.

<sup>49</sup> Cf. IAN/TT, *C.C.* I, 4-86. 30.V.1504. Publicado em PMA, III, p. 371-372. Alvará de quitação a Tristão da Cunha, do Conselho Real, do dinheiro que recebeu, nos anos de 1502 e

Lisboa<sup>50</sup> e a membros da família real<sup>51</sup>. Lisboa terá sido sempre o local de residência de Tristão da Cunha, que em 1502 estava inscrito no rol dos fidalgos que representaram a cidade nas cortes<sup>52</sup>.

Provavelmente devido à sua intensa actividade na área da fazenda e finanças, Tristão da Cunha acabou por ser nomeado vedor da Fazenda Real em 1504, cargo que, no entanto, nunca chegou a exercer, sendo o ofício transferido mais tarde para o seu filho primogénito<sup>53</sup>.

Ao mesmo tempo, Tristão da Cunha foi desenvolvendo uma estreita ligação com o mundo dos negócios, sobretudo no que dizia respeito ao investimento nas actividades ultramarinas<sup>54</sup>.

Os primeiros indícios relativos à actuação de Tristão da Cunha relacionam-se com o privilégio, concedido por D. Manuel em 1497, de vizinho de Santiago de Cabo Verde<sup>55</sup>. Esta mercê real permitir-lhe-ia actuar comercialmente na costa da Guiné, exceptuando Arguim, e beneficiar de várias isenções para as mercadorias que entrassem no reino oriundas daquelas paragens<sup>56</sup>. Este privilégio indicia a existência de interesses de Tristão da Cunha no comércio com as ilhas atlânticas. Já seu pai tinha obtido do infante

1503, nomeadamente de Henrique de Figueiredo, recebedor da Casa da Mina, de Fernão Lourenço, tesoureiro da Guiné, e de uma caravela que veio do rio dos Ramos. Dinheiro que despendeu por mandados do rei.

<sup>50</sup> Cf. IAN/TT, *C.C.* I, 5-8. Lisboa, 13.I.1505. Publicado em Andrade, *op. cit.*, p. 199. Alvará de pagamento de 100.000 reais que em nome do rei Tristão da Cunha emprestara à Câmara da cidade de Lisboa, para compra de certas carnes.

<sup>51</sup> Banha de Andrade aventa a hipótese de ter sido também recebedor da casa do condestável D. Afonso, filho do falecido D. Diogo, duque de Viseu, e sobrinho de D. Manuel e diz que teria sido a instâncias deste que em 1526 D. João III lhe concedeu uma tença de 150.000 reis (*op. cit.*, p. 33-34). Não se nos afigura possível esta ideia, uma vez que D. Afonso tinha morrido em Outubro de 1504 (*Crónica*, I, lxxxii). Aliás, Andrade cita um documento onde é referido explicitamente o falecimento do condestável (*op. cit.*, p. 33-34). Além disso, o documento de atribuição da dita tença diz que foi uma doação a pedido de «meu muito amado e prezado primo» e não *sobrinho*: cf. *ibidem*, *loc. cit.* O documento pode querer referir-se a D. João de Meneses e Vasconcelos, conde de Penela, vedor da fazenda em substituição de Nuno da Cunha quando este foi para a Índia.

<sup>52</sup> Cf. *Cortes portuguesas. Reinado de D. Manuel I (cortes de 1502)*, org. João José Alves Dias, Lisboa, 2001, p. 89. Aí aparecem outros membros da linhagem dos Cunhas.

<sup>53</sup> Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 18, fl. 118v. Publicado em Andrade, *op. cit.*, pp. 222-224. Nomeação de Nuno da Cunha para o cargo de vedor da Fazenda, de 27.XII.1521.

<sup>54</sup> Na opinião de Banha de Andrade, Tristão da Cunha não seria um profissional de negócio, mas encontrava-se associado aos que o eram, como os mercadores italianos e Fernão de Loronha: *op. cit.*, p. 39.

<sup>55</sup> Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 28, fls. 113v. Évora, 12.IX.1497. Pub. em PMA, vol. 1, p. 328, doc. 189 e também em Andrade, *op. cit.*, pp. 195-196.

<sup>56</sup> Cf. PMA, vol. 1, pp. 147-149, doc. 58. Algumas das isenções atingiam os dízimos e outros direitos das mercadorias obtidas na Guiné entradas no reino e das mercadorias compradas nas ilhas Canárias, Madeira, Porto Santo e Açores. Ver *História Geral de Cabo Verde* (coord. Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos), Lisboa/Praia, 1991, vol. 1, pp. 372-375.

D. Fernando o direito de aguada na Ribeira de S. Francisco no Funchal, preciosa escala para a navegação da costa ocidental africana, mercê essa que lhe fora estendida por direito <sup>57</sup>.

Os contactos com o novo mundo oriental e as suas riquezas ocorreram logo em 1502, quando Tristão da Cunha participou com uma pequena parte na nau *Leitoa*, da armada de Vasco da Gama <sup>58</sup>, seguindo o comportamento dos restantes membros da nobreza portuguesa, que também viram no negócio da troca das especiarias asiáticas uma forma de obter rendimentos adicionais.

### *A governança da Índia e a capitania-mor da armada de 1506*

Todos os autores concordam que terão sido sobretudo as suas qualidades e experiência como homem de negócios que motivaram a escolha de Tristão da Cunha para primeiro representante permanente e oficial da Coroa portuguesa na Índia <sup>59</sup>. Candeias da Silva mostra a semelhança entre o perfil de Tristão da Cunha e o de D. Francisco de Almeida, afirmando que ambos eram comendadores de Santiago, fidalgos da Casa Real e conselheiros do rei <sup>60</sup>. Contudo, não nos deparámos com nenhuma documentação ligando directamente Tristão da Cunha à Ordem de Santiago, apesar de, como já vimos, a sua família estar ligada à Ordem.

Não parece haver dúvidas sobre o serviço que Tristão da Cunha prestava à Coroa; além disso, encontrava-se estreitamente ligado à rede de armadores portugueses e estrangeiros, como Fernão de Noronha e Bartolomeu Marchionni. Note-se que o governador não exercia somente as suas competências na área político-militar; como representante do rei, ele teria ainda jurisdição na área da Fazenda, actuando com as prerrogativas atribuídas a um vedor da Fazenda <sup>61</sup>.

Ao seguir para a Índia no ano de 1506, depois de ter recusado ir na vagante de D. Francisco de Almeida, a conselho do seu cunhado Lopo Soares

<sup>57</sup> Cf. DP, vol. 3, pp. 60-62. Trata-se de documentação do *Convento de Santa Clara do Funchal*, m. 1, n.º 9 e n.º 10, datada de 7.VI.1467 e 17.XI.1468, respectivamente. Nuno da Cunha tinha o direito de aguada de três dias de 17 em 17 dias, depois estendido para intervalos de 20 dias. Esta mercê era também para os seus descendentes.

<sup>58</sup> Cf. Andrade, *op. cit.*, p. 43 e documento em apêndice, pp. 200-201.

<sup>59</sup> Cf. Andrade, *op. cit.*, pp. 50 ss.; J. Aubin, *op. cit.*, p. 559; Joaquim Candeias da Silva, *O fundador do «Estado português da Índia». D. Francisco de Almeida. 1457(?) - 1510*, Lisboa, 1996, pp. 91 ss.; Geneviève Bouchon, *Afonso de Albuquerque. O leão dos mares da Ásia*, Lisboa, 2000, p. 98.

<sup>60</sup> Cf. Silva, *op. cit.*, pp. 92-93.

<sup>61</sup> Ver Catarina Madeira Santos, «Goa é a chave de toda a Índia». *Perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570)*, Lisboa, 1999, pp. 60 ss.

de Albergaria <sup>62</sup>, Tristão da Cunha estaria consciente da ocasião excepcional que se lhe abria a dois níveis distintos. A nível material, D. Manuel, ao que tudo indica, concedeu-lhe regalias significativas na carga das naus da carreira, que lhe permitiria, inclusive, transportar a sua carga nos navios dos armadores <sup>63</sup>. A distinção de Tristão da Cunha dos demais da sua qualidade foi vincada pelo próprio monarca, ao isentá-lo da obediência devida por todos os capitães-mores das armadas ao vice-rei, con-sagrada um ano antes no regimento levado por D. Francisco de Almeida <sup>64</sup>. Mas Tristão da Cunha viria a demonstrar uma grande inteligência, abdicando da dita isenção e colocando-se ao serviço do vice-rei, a quem acompanhou na expedição a Panane <sup>65</sup>.

Não conhecemos o texto do regimento atribuído a Tristão da Cunha na ocasião da sua partida <sup>66</sup>. Apesar disso, os objectivos da armada desse ano são bastante específicos, resultado do amadurecimento da política da corte manuelina <sup>67</sup>. No quadro da política manuelina, seria desejável uma aliança com outras potências cristãs de interesse geo-estratégico, de forma a constituir um cerco ao avanço dos muçulmanos. Assim, a armada tinha como propósito construir uma fortaleza na ilha de Socotorá, ilha habitada por cristãos e considerada estratégica para o controlo do estreito <sup>68</sup>. Uma outra missão era lançar na costa oriental africana três homens, cuja identificação varia segundo os autores <sup>69</sup>, os quais levavam missivas de D. Manuel para

<sup>62</sup> Cf. João de Barros, *Ásia de João de Barros. Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, ed. INCM, 1973, dec. II, liv. i, cap. 1 (doravante *Ásia*, seguida de década, livro e capítulo).

<sup>63</sup> Estas regalias teriam causado alguma desagrado aquando do carregamento das naus para o reino, pois encontram-se ecos em Gaspar da Índia, que se queixava de que as vendas das mercadorias dos particulares no Oriente causavam o prejuízo da Fazenda régia e atrasavam o carregamento das naus do reino: *Cartas de Afonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidam* (dir. R. A. Bulhão Pato e H. Lopes de Mendonça), Lisboa, 1884-1935, vol. III, 195-197 (doravante CAA).

<sup>64</sup> Cf. Andrade, *op. cit.*, p. 51.

<sup>65</sup> Banha de Andrade diz que o acto mostrava que Tristão da Cunha tinha «um coração recto, que repudia excessos»: cf. *op. cit.*, p. 96.

<sup>66</sup> Apenas se regista um *memorandum* existente nos Fragmentos da Torre do Tombo, publicado por Banha de Andrade. Cf. *op. cit.*, pp. 205-206. Algumas informações adicionais encontram-se na carta escrita por D. Manuel I ao vice-rei, levada por Tristão da Cunha. Cf. CAA, III, 268-276.

<sup>67</sup> Para as concepções manuelinas veja-se Luís Filipe Thomaz, «L'idée impériale manuéline» in *La Découverte, le Portugal et l'Europe. Actes du Colloque*, ed. Jean Aubin, Paris, 1990, pp. 35-103 e idem, «A «política oriental» de D. Manuel I e suas contracorrentes», in *De Ceuta a Timor*, 1994, pp. 189-206.

<sup>68</sup> Sobre Socotorá no século XVI, veja-se Zoltán Biedermann, «Nas pegadas do apóstolo: Socotorá nas fontes europeias dos séculos XVI e XVII», in *Anais de História de Além-Mar*, I vol., Lisboa, 2000, pp. 287-386.

<sup>69</sup> Barros diz que se chamariam João James um degredado; João Sanches mourisco, que fora criado de Tristão da Cunha; um mouro natural de Tunes chamado Cide Alá. Deixados por Tristão da Cunha em Melinde ao cargo do rei da terra, para que os enviasse para o

o *negus* da Etiópia<sup>70</sup>. Noutra plano, Tristão da Cunha estava encarregue de levar o regimento de Gaspar Pereira, o secretário de D. Francisco de Almeida<sup>71</sup>.

Tristão da Cunha tinha investido modestamente na armada de 1502 e cedo se terá apercebido do potencial de investimento que constituiu a carreira da Índia. O investimento no carregamento da armada por si comandada foi muito considerável. Tristão da Cunha armou a embarcação *Santo António*<sup>72</sup> capitaneada por João da Veiga, um homem da sua casa<sup>73</sup>, na qual provavelmente seguiram os cerca de 300 quilos de cobre levados por Tristão da Cunha, a fim de os vender na Índia<sup>74</sup>. Além disso, o capitão-mor ainda possuía partes na nau *Garça*, juntamente com o seu filho Nuno da Cunha e demais armadores. Esta iniciativa revela que Tristão da Cunha não só possuiu ou captou amplo cabedal para a empresa, como interagiu estreitamente com o mundo dos armadores de Lisboa<sup>75</sup>.

Não podemos deixar de concordar com a interpretação de João de Barros<sup>76</sup>, quando sugere que a nomeação para a capitania-mor da armada seria uma forma de compensação pela não concretização das expectativas criadas com a nomeação para a governança, que renderiam a Tristão da Cunha cerca de 60.000 cruzados, quantia significativa para a época<sup>77</sup>. Será aliás nesse contexto que se enquadram as extensas regalias económicas concedidas pelo monarca. Como mais tarde apontaria, de forma acusatória, o filho de Afonso de Albuquerque, colocando na própria boca de Tristão da Cunha: «que se El-Rey D. Manuel fizera mercê daquela armada, fora para se aproveitar»<sup>78</sup>.

A viagem desse ano foi uma das mais longas dos inícios da carreira da Índia, sobretudo pelos diversos contratemplos na viagem de ida<sup>79</sup>. Depois de várias peripécias na costa atlântica, causadas pelo facto da armada ter

interior; ainda aí estavam quando foram encontrados por Afonso de Albuquerque, que lhes deu dinheiro e mantimentos para prosseguirem a missão. Cf. *Ásia*, II, iii, 2.

<sup>70</sup> Cf. Jean Aubin, «L'Embassade du Prêtre Jean à D. Manuel», in *Le Latin et L'Astrolabe*, Lisboa-Paris, vol. 1, pp. 136 e ss.

<sup>71</sup> Cf. o referido *memorandum* de Tristão da Cunha publicado por Banha de Andrade. Sobre Gaspar Pereira veja-se o artigo de Inácio Guerreiro e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, «O "grupo de Cochim" e a oposição a Afonso de Albuquerque», in *Studia* 51, Lisboa, 1992, pp. 127, 131 e 142.

<sup>72</sup> Cf. Andrade, *op. cit.*, p. 51. Fernão de Noronha tinha na *Santo António* uma pequena parte: 2.527 cruzados, segundo o manuscrito de Rui de Castanheda: *ibidem*, p. 108.

<sup>73</sup> *Ibidem*, p. 53.

<sup>74</sup> Cf. Andrade, *op. cit.*, p. 63.

<sup>75</sup> Cf. *Ibidem*, *op. cit.*, p. 108.

<sup>76</sup> Cf. *Ásia*, II, i, 1.

<sup>77</sup> Cf. Silva, *op. cit.*, p. 95.

<sup>78</sup> Cf. *Comentários de Afonso de Albuquerque*, Lisboa, 1973, 1 vol., parte 1, cap. 8, pp. 30-34.

<sup>79</sup> Ver descrição detalhada de toda a viagem em Andrade, *op. cit.*, pp. 75-102.

largado tardiamente (a 6 de Abril<sup>80</sup>), devido ao surto de peste que grassava pela capital, causando uma significativa mortalidade no contingente embarcado<sup>81</sup>, as embarcações viram-se obrigadas a recolher na costa da Guiné. Aí deu-se a primeira separação da armada, pois a nau de Job Queimado perdeu-se, só se reencontrando com as restantes em Moçambique. Depois de uma sofrida passagem pelo Cabo da Boa Esperança, novamente a armada se desagregou. A frota reuniu-se finalmente em Moçambique ao longo de Outubro e Novembro de 1506<sup>82</sup>.

O que é de salientar na composição da armada deste ano é que quase todos os navios pertenciam a particulares e tinham sido fretados por D. Manuel para a viagem, com excepção naturalmente dos navios que iam sob a bandeira de Afonso de Albuquerque, que iriam ficar a patrulhar a entrada do Mar Vermelho. Efectivamente, o ano anterior tinha sido de grande sobrecarga para o conjunto da frota manuelina, com a partida da armada de D. Francisco de Almeida. Além disso, o investimento em partes de embarcações nesta armada foi bastante significativo, como bem detalhou Banha de Andrade com base no manuscrito de Rui de Castanheda existente na Torre do Tombo<sup>83</sup>. Todos os velhos conhecidos de Tristão da Cunha participaram nesta sua aventura oriental. Uma das naus, a *S. Vicente*, pertencia a Marchionni<sup>84</sup>. Parece certo que também alguns mercadores alemães detinham interesses em algumas das naus dos armadores, embora não se saiba em quais<sup>85</sup>. A nau de Lagos, também de armadores, acabou por não chegar à Índia, pois em Moçambique recebeu a carga da *Frol de la Mar*, de João da Nova, que aí fora parar.

<sup>80</sup> Cf. Andrade, *op. cit.*, p. 71.

<sup>81</sup> Segundo a crónica anónima tinham morrido 600 homens: cf. *Crónica do Descobrimento e primeiras conquistas da Índia pelos Portugueses*, introdução, leitura, actualização, notas e glossário de Luís de Albuquerque, Lisboa, 1986, p. 282.

<sup>82</sup> Actualmente os historiadores podem dispor da tradução de mais um relato coevo para o período em que a armada invernou na costa oriental africana. Trata-se de uma carta do italiano Jacomo Buonguglielmi para Giovanni Buonguglielmi, datada de Moçambique, 10.I.1507. Cf. Luís Filipe Thomaz e Carmen Radulet, *Viagens portuguesas à Índia (1497-1513). Fontes italianas para a sua história*, Lisboa, 2002, pp. 237-255. Banha de Andrade também utilizou este documento.

<sup>83</sup> O manuscrito de Rui de Castanheda, tesoureiro da Casa da Índia, faz parte do Núcleo Antigo, n.º 701. Banha de Andrade utilizou abundantemente as informações contidas neste documento. As descrições dos investimentos realizados por diversas personalidades portuguesas e estrangeiras podem ser encontradas novamente em Andrade, *op. cit.*, pp. 108ss.

<sup>84</sup> Informação veiculada por Luís de Varthema passageiro da armada na torna-viagem: Andrade, *op. cit.*, p. 107.

<sup>85</sup> Cf., Manuel Nunes Dias, *O capitalismo monárquico português (1415-1549). Contribuição para o estudo das origens do capitalismo moderno*, Coimbra, 1963, 2 vol., p. 212. Banha de Andrade cita alguns nomes de investidores, além de Marchionni: Lomelino (dos Lomellini), Bermudes, Diogo Fernandes: *op. cit.*, p. 111.

### Os capitães da armada de 1506

A armada deste ano era constituída por nove ou dez naus, que fariam a carga das especiarias, mais cinco que ficariam sob alçada de Afonso de Albuquerque no Oceano Índico Ocidental<sup>86</sup>. Ressalte-se o carácter de veteranaria dos capitães da armada e do próprio piloto que acompanhava o capitão-mor, Afonso Lopes, o qual já tinha ido à Índia com Lopo Soares em 1504<sup>87</sup>. A experiência era um factor determinante para a escolha dos comandos das armadas de forma a assegurar o sucesso de qualquer empresa nos primeiros anos nos mares do Índico. No cômputo geral da armada, encontramos cinco capitães que já tinham dobrado o cabo da Boa Esperança pelo menos uma vez – ou seja, cerca de metade. Eram eles Leonel Coutinho, Afonso de Albuquerque, António do Campo, Manuel Teles Barreto e Afonso Lopes da Costa. Estes dois últimos tinham integrado a armada de 1504 liderada pelo rival de Albuquerque, Lopo Soares de Albergaria. A acompanhar os fidalgos ia ainda António de Saldanha, cuja participação nesta armada parece ter sido esquecida pela maioria dos historiadores<sup>88</sup>, além de outros como Rui Soares<sup>89</sup>, Jorge Barreto<sup>90</sup> e os irmãos D. João e D. Jerónimo de Lima<sup>91</sup>.

<sup>86</sup> Cf. Jorge Virgílio Amaro Pissara, *A Armada da Índia. Cômputo, tipologia e funcionalidade das armadas de guerra portuguesas do Oriente (1501-1510)*, dissertação de mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2001, pp. 295-299. Relação da armada: Tristão da Cunha na nau *Santiago*; Álvaro Teles Barreto na *Garça*; Leonel Coutinho na *Leitoa Velha*; Rui Pereira ou Rui Pereira Coutinho em *S. Jorge*; João Gomes de Abreu na *Santa Maria da Luz*; Job Queimado na sua nau; Álvaro Fernandes na nau de Lagos, a *Santa Maria*; Tristão Álvares na caravela *Salvador* e Rui Dias Pereira na *S. Vicente* e João da Veiga na *Santo António*. Tristão Rodrigues é ainda nomeado pelos cronistas (Castanheda, Góis e Barros). Na capitania de Afonso de Albuquerque na nau *Cirne*: António do Campo na caravela *Flor da Rosa*; Francisco de Távora na nau *Rei Grande*; Manuel Teles Barreto na nau *Rei Pequeno* e Afonso Lopes da Costa na nau «Taforeia». As diferentes relações da armada estão confrontadas no mapa n.º 2 do livro de Banha de Andrade e na já citada tese de Jorge Pissara, pp. 295-298.

<sup>87</sup> Para a contextualização dos veteranos no início da Carreira da Índia veja-se João Paulo Oliveira e Costa, «Leonel Coutinho, um dos primeiros veteranos da Carreira da Índia», in *A Carreira da Índia e as rotas dos estreitos. Actas do VIII Seminário de História Indo-Portuguesa*, Angra do Heroísmo, 1998, pp. 627-664.

<sup>88</sup> Nomeadamente Alexandre Lobato, biógrafo de António de Saldanha, não parece ter tido conhecimento desta viagem: cf. Alexandre Lobato, *Da época e dos feitos de António de Saldanha*, Lisboa, 1964.

<sup>89</sup> Era comendador de Rodes e da criação do prior do Crato, D. Diogo de Almeida, irmão do vice-rei D. Francisco de Almeida. Tinha como regimento ficar com o navio de Pero Quaresma, para acompanhar Afonso de Albuquerque na patrulha do estreito. Cf. Fernão Lopes de Castanheda, *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*, Lisboa, 1979, II, xxxi (doravante *História*, seguido de livro e capítulo); *Ásia*, II, i, 2; *Crónica*, II, xiv. Acompanhou depois o vice-rei na Índia: cf. *Ásia*, II, iii, 6 e *Crónica*, II, xxxviii.

<sup>90</sup> Cf. CAA, III, pp. 252-255.

<sup>91</sup> Ver estudo neste volume sobre a participação dos Limas no Oriente.

O cavaleiro<sup>92</sup> António do Campo partiu pela segunda vez para o Oriente, depois de ter participado em 1502 na armada de Vasco da Gama<sup>93</sup>. Por se ter desgarrado da frota, foi integrado na armada de Francisco de Albuquerque. Participou no socorro a Cochim e na derrota dos paraus de Calicute, ao lado de Pêro de Ataíde e Duarte Pacheco, após o que regressou ao reino em 1504<sup>94</sup>. Foi um dos principais opositores do *Terribil* e o reputado instigador da revolta dos capitães contra Afonso de Albuquerque, abandonando-o em Ormuz<sup>95</sup>. Acabou por morrer com D. Francisco de Almeida<sup>96</sup>.

Manuel Teles Barreto acompanhou de perto o percurso de António do Campo. Tendo ido com Lopo Soares de Albergaria em 1504 para a Índia, onde estava encarregue de ficar como capitão-mor da costa, em guarda da fortaleza de Cochim, acabou por regressar também. Depois do episódio de Ormuz, participou na expedição do vice-rei contra Mir Hocém em 1509. Resolvendo-se a acompanhar D. Francisco de Almeida ao Reino, perdeu também a vida na aguada de Saldanha.

Afonso Lopes da Costa, era outro dos veteranos de 1504<sup>97</sup>. Era filho de Pêro da Costa, de Tomar<sup>98</sup>. Afonso Lopes regressou à Índia com o seu irmão Garcia da Costa, ambos como capitães da carreira em 1516<sup>99</sup>, a tempo de acompanhar o governador Lopo Soares na ida ao Mar Roxo<sup>100</sup>. Entre 1517 e 1518 exerceu as funções de capitão de Malaca, tendo morrido em Goa logo após a sua substituição na capitania daquela fortaleza por Garcia de Sá, primo co-irmão de Tristão da Cunha<sup>101</sup>.

Francisco de Távora, fidalgo da Casa Real<sup>102</sup>, era um filho segundo de Pêro Lourenço de Távora, senhor de Mogadouro, e tio de António do Campo<sup>103</sup>, o que poderá explicar a sua inclusão na armada. Seguiu Albuquerque no ataque de 1507 a Ormuz<sup>104</sup>, ao comando da *Rei Grande*<sup>105</sup>.

<sup>92</sup> Cf. *Documentos sobre os portugueses em Moçambique e na África Central, 1497-1840*, Lisboa, 1962, vol. I, p. 356 (doravante DPMAC, seguido de volume e página).

<sup>93</sup> Cf. Luís Adão da Fonseca, *op. cit.*, pp. 11-32.

<sup>94</sup> Cf. CAA, II, p. 267.

<sup>95</sup> Cf. Geneviève Bouchon, *op. cit.*, pp. 137-150.

<sup>96</sup> Veja-se a entrada «António do Campo» de Ângela Domingues no *Dicionário de História dos Descobrimentos*, dir. Luís de Albuquerque, I vol., 1994, p. 184 e o artigo de Patrícia Carvalho sobre este personagem no livro *Os capitães de Afonso de Albuquerque*, coordenado por João Paulo Oliveira e Costa e Alexandra Pelúcia, a aguardar publicação.

<sup>97</sup> Cf. *Crónica*, I, xcvi e *Relação*, p. 16.

<sup>98</sup> Cf. DPMAC, I, 356 e *Ásia*, II, i, 1.

<sup>99</sup> Cf. *Emmentia*, p. 19 e *Relação*, p. 31.

<sup>100</sup> Cf. *Ásia*, III, i, 2; *Relação*, p. 31 e *Crónica*, IV, xii. O terceiro irmão chamava-se António da Costa e andou também pelo Oriente nesta cronologia: *Crónica*, II, xxxiii.

<sup>101</sup> Cf. *Ásia*, III, iii, 3 e *Crónica*, IV, xxxii.

<sup>102</sup> Cf. CAA, III, 287.

<sup>103</sup> Cf. *Livro de Linhagens*, p. 248.

<sup>104</sup> Cf. *Ásia*, II, ii, 5.

<sup>105</sup> Cf. DPMAC, I, 350.

Foi preso por Afonso de Albuquerque, que o suspeitava de fazer parte da conjura dos capitães<sup>106</sup>; mais tarde encontramo-lo ao comando de uma vela na armada de D. Francisco de Almeida contra os rumes em 1509<sup>107</sup> e no ataque a Calicute comandado pelo marechal D. Fernando Coutinho<sup>108</sup>. Correia diz que esteve na tomada de Malaca em 1511<sup>109</sup>. Não se conhece a data de regresso a Portugal. Uma nova ida à Índia ocorreu em 1515, quando integrou a armada do governador Lopo Soares, indo acompanhado do seu cunhado Fernão Peres de Andrade<sup>110</sup>. Foi com Lopo Soares ao Estreito em Fevereiro de 1517<sup>111</sup>. Permanecia ainda na Índia ao tempo de Diogo Lopes de Sequeira, a quem acompanhou ao Mar Roxo em 1520<sup>112</sup>.

Leonel Coutinho, que seguia na *Leitoa Velha*<sup>113</sup>, era outro dos capitães que tinham ido com Lopo Soares de Albergaria na armada de 1504, de quem era aparentado. Leonel Coutinho, cuja família também servira a casa de Viseu/Beja, estava ligado também a Tristão da Cunha por laços de parentesco, pois era seu primo como sobrinho<sup>114</sup>.

No que respeita a Álvaro Teles Barreto não temos conhecimento de nenhuma participação em armadas antes de 1506. O retorno ao Oriente ocorreu no ano de 1515, acompanhando o governador Lopo Soares e indo com o cargo de capitão de Calicute<sup>115</sup>.

Rui Pereira<sup>116</sup> era fidalgo e filho do alcaide-mor de Santarém, Afonso Pereira. Foi este o descobridor de S. Lourenço, onde após a viagem de reconhecimento efectuada por Tristão da Cunha, acabou por morrer no cabo

<sup>106</sup> Cf. *História*, II, lxxii.

<sup>107</sup> Cf. *Ásia*, II, iii, 5.

<sup>108</sup> Cf. *Ásia*, II, iv, 1.

<sup>109</sup> Cf. Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Porto, 1975, II, 235 e 241 (doravante *Lendas*, seguido de volume e página).

<sup>110</sup> Cf. *Crónica*, III, lxxvii; *Ásia*, III, i, 1; *Relação*, p. 30 e *Emmentia*, p. 18. Castanheda não incluiu Fernão Peres de Andrade na frota do governador: cf. *História*, III, clii.

<sup>111</sup> Cf. *História*, IV, x.

<sup>112</sup> Cf. *Ásia*, III, iii, 10.

<sup>113</sup> Cf. DPMAC, I, 348-354.

<sup>114</sup> Era filho de Vasco Fernandes Coutinho e neto de D. Maria da Cunha, prima de Nuno da Cunha, e de Fernão Coutinho. Ver quadro genealógico 1. Esta personagem foi já objecto do artigo de João Paulo Oliveira e Costa. Cf. *supra* nota 87.

<sup>115</sup> Cf. *Crónica*, III, lxxvii e *Ásia*, III, i, 1. Álvaro Teles Barreto surge frequentemente nas crónicas com o nome de Álvaro Teles; no entanto parece-nos tratar-se do mesmo indivíduo, pois aparece como o filho de João Teles. Castanheda identifica-o como Álvaro Teles somente e identifica-o com o capitão de Calicute: cf. *História*, III, clii. Assim também Barros: cf. *Ásia*, II, i, 1 e III, i, 1; e também Correia, que reportando-se a 1515 diz que este capitão «já andara na Índia»: cf. *Lendas*, II, 463. Damião de Góis também seguiu os cronistas citados: cf. *Crónica*, II, xxi e III, lxxvii, aliás conforme às fontes: cf. CAA, III, p. 236 e DPMAC, IV, p. 16 e 18. Álvaro Teles Barreto não deve ser confundido com Álvaro Barreto, filho de Aires Barreto, o qual foi capitão da armada de Jorge de Aguiar em 1508: cf. *Ásia*, II, iii, 1, II, iii, 9 e II, iv, 2. Castanheda inclui-o também na armada de 1515: *História*, II, xci, III, clii e IV, x.

<sup>116</sup> Castanheda identifica-o como Rui Pereira Coutinho, no que foi seguido por Góis: cf. *História*, II, xxx e *Crónica*, II, xxi.

Natal<sup>117</sup>. Rui Dias Pereira, filho do alcaide de Portel, Reimão Pereira<sup>118</sup>, foi armado capitão após a vitória de Brava<sup>119</sup>.

João Gomes de Abreu era filho de Antão Gomes de Abreu<sup>120</sup> e irmão de Vasco Gomes de Abreu, o qual tinha embarcado no ano anterior na armada do vice-rei<sup>121</sup>. Durante o reconhecimento da ilha de S. Lourenço desembarcou com alguns dos seus homens; demorando-se, os homens da sua nau julgaram-no morto, pelo que seguiram viagem. O capitão acabou por morrer na ilha de S. Lourenço.

Dos restantes capitães temos poucas notícias. Sabemos que Job Queimado era filho de Vasco Queimado de Setúbal. A documentação mostra-nos que a nau era de sua propriedade. Provavelmente seria também de seu pai. Este poderá ser identificado com o indivíduo que exercia o cargo de pagador das Moradias em 1505<sup>122</sup> e supõe-se, também do círculo em que se movimentava Tristão da Cunha. Após ter partido de Cochim depois das outras naus, Vasco Queimado acabou por ser roubado por corsários franceses antes da chegada ao reino<sup>123</sup>. Álvaro Fernandes<sup>124</sup> comandava a nau dos armadores de Lagos. Terá morrido antes de Moçambique, pois Tristão da Cunha entregou a capitania da nau a António de Saldanha, com a carga da *Frol de la Mar* de João da Nova, que não se encontrava em condições de regressar<sup>125</sup>. Os restantes capitães foram identificados como sendo Tristão

<sup>117</sup> Cf. Humberto Leitão, *Dois descobrimentos da ilha de S. Lourenço mandados fazer pelo vice-rei D. Jerónimo de Azevedo nos anos de 1613 a 1616*, Lisboa, 1970.

<sup>118</sup> Os irmãos de Rui Dias Pereira também se dirigiram para o Oriente, nos anos de 1508 e 1509: João Rodrigues Pereira e Fernão Pereira. Cf. *Ásia*, II, iii, 1 e *Ásia*, II, iii, 9.

<sup>119</sup> Este Rui Dias Pereira poderá ou não ser o capitão do mesmo nome que no governo de Nuno da Cunha era capitão-mor dos navios de remo em Goa no ano de 1536: cf. *Ásia*, IV, vii, 14. Existe uma carta de um capitão Rui Dias Pereira no sumário das cartas de 1534, onde alegava servir havia 21 anos na Índia, datada de 10.XII.1533. Cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. X, p. 172. Há referências a um homónimo, que seguiu para a Índia em 1537, filho de Duarte Pereira e irmão de Nuno Pereira. Cf. *Registo da Casa da Índia*, 1 vol., p. 67.

<sup>120</sup> Veja-se Visconde de Lagoa, *Grandes e Humildes na epopeia portuguesa no Oriente, séculos XV, XVI e XVII*, Lisboa, 1942-1943, 2 vol., pp. 183-184. O autor alertou-nos para a existência de um homónimo também na Índia pela mesma cronologia. Tratava-se de João Gomes de Abreu, filho de Pedro Gomes de Abreu, conselheiro de D. Afonso V e senhor do couto e casa de Abreu de Valadares: *op. cit.*, p. 180.

<sup>121</sup> Cf. Joaquim Candeias da Silva, *op. cit.*, p. 106. Este Vasco Gomes de Abreu regressou ao reino na torna-viagem de 1505/1506 e embarcou novamente na armada de 1507. Foi depois capitão de Sofala e Moçambique.

<sup>122</sup> Cf. Andrade, *op. cit.*, p. 29.

<sup>123</sup> Cf. *Ásia*, II, i, 6.

<sup>124</sup> A identificação deste capitão varia nos cronistas. Barros diz que era um cavaleiro do Alvito, enquanto Castanheda lhe chama Álvaro Fernandes de Sintra; Gaspar Correia diz que era corregedor da corte, o que parece de todo improvável: cf. *Ásia*, II, i, 2; *História*, II, xxx e *Lendas*, II, 574.

<sup>125</sup> Cf. *Ásia*, II, ii, 1 e *História*, II, xxxvi.

Álvares<sup>126</sup> e Tristão Rodrigues<sup>127</sup>, os quais comandavam as embarcações de menor porte, pertencentes a armadores.

### *Tristão da Cunha e Afonso de Albuquerque: pomos de discórdia*

A existência de um desentendimento entre os dois homens, cujas causas remontariam aos acontecimentos desta armada, foi explanada numa célebre carta dirigida por Afonso de Albuquerque a Tristão da Cunha, redigida provavelmente no final de 1512. Este documento foi já analisado por Henrique Lopes de Mendonça há quase um século, pelo que nos limitamos a relembrar os seus principais pontos<sup>128</sup>.

Albuquerque parece ter tido várias razões para o referido desentendimento, que ele de resto procurou sanar, reiterando a sua amizade e solidariedade, em virtude do parentesco que os unia. Em primeiro lugar, Tristão da Cunha apregooou publicamente os motivos da querela. Albuquerque lembrou que era ele quem tinha mais motivos de queixa. Tristão da Cunha tinha permitido várias ofensas a Albuquerque por parte de Jorge Barreto e António de Saldanha. E não deixou de mencionar que Tristão da Cunha tinha pretendido colocar a frota de Albuquerque sob o comando de seu jovem filho Nuno da Cunha, reconhecendo embora que acabara por não o fazer. Apesar de não o dizer, é provável que Albuquerque tenha considerado um embaraço o estar constrangido ao comando e autoridade de Tristão da Cunha até a armada atingir Socotorá<sup>129</sup>. Finalmente, Albuquerque parece um pouco amargurado por Tristão da Cunha não ter exaltado o mérito dos seus serviços, como deveria ter feito, conduta própria da solidariedade entre parentes.

Tristão da Cunha parece ter tomado como ofensa as queixas de Afonso de Albuquerque a respeito do fraco aprovisionamento da sua frota<sup>130</sup> e dos infortúnios do conjunto da armada, inculpáveis implicitamente ao piloto de Tristão da Cunha. A maior experiência de marinharia por parte de Albuquerque, que aliás dela se gabou, pareciam denegrir os méritos do capitão-mor de 1506.

<sup>126</sup> Mencionado por Castanheda como moço de câmara do rei: cf. *História*, II, xxx; *Ásia*, II, i, 1. Gaspar Correia diz que era feitor da armada: cf. *Lendas*, I, 660. Um Tristão Álvares foi feitor da nau *Santiago* em 1504 – a embarcação de Afonso de Albuquerque: cf. Jean Aubin, «L'apprentissage de l'Inde...» in *Le latin et l'Astrolabe*, vol. 1, pp. 53-56; poderá ser o mesmo indivíduo, o que poderá explicar a confusão de Correia.

<sup>127</sup> A sua participação permanece incerta, e o seu nome não figura no códice de Rui Castanheda: cf. *supra* nota 83. Apenas Barros o incluiu na lista da frota, acrescentando que era moço da câmara do rei: *Ásia*, II, i, 1.

<sup>128</sup> A carta em questão foi publicada nas CAA, II, pp. 252-255. Cf. Henrique Lopes de Mendonça, «Afonso de Albuquerque e Tristão da Cunha», *Boletim de segunda classe* da Academia de Ciências de Lisboa, IV, fasc. 1, Outubro de 1910, Lisboa, 1911, pp. 50-76.

<sup>129</sup> Foi o próprio Albuquerque a dizê-lo: «meu capitam moor ereis». Cf. CAA, III, p. 252.

<sup>130</sup> Cf. CAA, III, 280.

Mais tarde, o principal motivo da dissensão entre os dois homens veio a ser a morte do filho de Tristão da Cunha. Este terá censurado Albuquerque de não ter apadrinhado Manuel da Cunha, que fora para a Índia como capitão de uma das naus da armada de 1510, sob a bandeira de Gonçalo de Sequeira. O jovem conheceu os seus primeiros obstáculos nas paragens orientais quando a sua nau, provavelmente a *Santa Maria da Pena*<sup>131</sup> se afundou ao largo de Moçambique<sup>132</sup>. Recolhida a tripulação, foi noutra nau que Manuel da Cunha desembarcou na Índia, ansiando por novos desafios. Foi assim que Albuquerque o integrou nas hostes reunidas para o ataque de Goa no final de 1510<sup>133</sup>. Terá sido em consideração ao seu parentesco que Albuquerque o escolheu, apesar de tão novo e inexperiente na Índia, para substituir Rodrigo Rebelo na capitania de Cananor. Aí Manuel da Cunha deu mostras da sua inexperiência, segundo Albuquerque, ignorando os conselhos de Duarte de Veiga, criado de seu pai<sup>134</sup>. Ao chegar a Cananor em Dezembro de 1510<sup>135</sup> Manuel da Cunha encontrou alguns dos adversários de Albuquerque. Duarte de Lemos aí esteve enquanto aguardava com a sua tripulação a carga das naus que iriam para o reino. Aí encontrou também o seu parente Francisco de Sá, que parece ter exercido grande influência sobre o seu jovem espírito. Os cronistas e também Albuquerque, o qual não desejaria agravar ainda mais as relações com Tristão da Cunha, não explicitaram o teor dos desvios cometidos pelo jovem capitão, referindo-se vagamente a «algumas coisas» que tinham deixado as gentes agravadas<sup>136</sup>. Curiosamente, foi Castanheda a relatar com detalhe a sua conduta. Manuel da Cunha ter-se-á deixado enredar pelos opositores de Albuquerque, acabando por participar no desvio de correspondência entre os oficiais de Cochim, os quais davam conta dos problemas havidos durante a carga das naus, e o próprio governador. A gravidade da situação foi ainda maior quando Manuel da Cunha desobedeceu directamente às ordens do governador, entregando a via das cartas destinadas a D. Manuel não a Gonçalo de Sequeira, mas a Duarte de Lemos<sup>137</sup>. Pode-

<sup>131</sup> Cf. CAA, V, p. 184-185. Os dados referem-se a Duarte de Veiga, feitor desta «nau de Tristão da Cunha», que se perdeu em Moçambique. Seria a nau armada por Tristão da Cunha ou a referência será explicável por ser comandada por seu filho? Não temos conhecimento de que a frota comandada por Gonçalo de Sequeira também levasse naus de armadores, apesar de, na mesma altura, sair de Lisboa a frota de Diogo Mendes de Vasconcelos, destinada a Malaca para assentar trato. Cf. *Relação*, p. 25 e *Emmentia*, p. 15. Pissara também não fez a identificação desta embarcação com a *Santa Maria da Pena*. Cf. *op. cit.*, p. 310.

<sup>132</sup> Cf. *Relação*, p. 25; *Emmentia*, p. 15; *Ásia*, II, v, 8; *História*, III, xxxiii; *Lendas*, II, 131.

<sup>133</sup> Veja-se a opinião de Manuel da Cunha aquando da consulta sobre a conquista de Goa, feita por Albuquerque: cf. CAA, II, 8. Cf. *História*, III, xlii; *Lendas*, II, 145.

<sup>134</sup> Duarte de Veiga, criado de Tristão da Cunha, fora para a Índia como feitor da nau de Manuel da Cunha. Ver nota 131.

<sup>135</sup> Mandado de 13.XII.1510, onde Manuel da Cunha assinou como capitão da fortaleza: cf. CAA, VI, p. 407.

<sup>136</sup> Cf. *Lendas*, II, 181; *Ásia*, II, v, 11.

<sup>137</sup> Cf. *História*, III, xlv.

remos ver neste episódio uma confirmação da aproximação de Manuel da Cunha ao chamado «grupo de Cochim», o qual tinha fortes influências em Cananor<sup>138</sup>. Acto conseqüente ou simples inconsciência de uma juventude influenciável, é certo que as suas acções acabaram por favorecer os opositores do *Terribil*. A reacção de Afonso de Albuquerque, severo comandante de homens, relevou mais uma vez a consideração que este tinha para com Tristão da Cunha. O governador tirou a capitania de Cananor a Manuel da Cunha, o qual ficou retido em Goa, talvez preso ou doente, embora Albuquerque afirmasse que lá tinha ficado por sua vontade. Em qualquer dos casos, em Março de 1511, faleceu na companhia de Rodrigo Rebelo, então capitão de Goa, depois de uma investida insensata sobre as forças comandadas por Pulate Can<sup>139</sup>.

A consideração de Albuquerque por Tristão da Cunha estaria certamente mesclada com o receio da influência de Tristão da Cunha na corte. Era natural que existissem rumores de que Tristão da Cunha substituiria Albuquerque na governança da Índia<sup>140</sup>.

A análise da viagem de 1506 também nos permite descortinar qual seria a atitude de Tristão da Cunha perante o processo de expansão oriental levado a cabo por D. Manuel e pelo pequeno círculo de apoiantes da sua ideologia messiânica<sup>141</sup> – com Albuquerque como seu executor e porta bandeira. Tristão da Cunha não parece ter feito parte desse círculo, como se verificou até pelo pouco zelo em relação aos emissários destinados à Etiópia<sup>142</sup>. No entanto, não deixou de ser um homem próximo do monarca e, na sua qualidade de conselheiro régio, poderia dar o seu contributo nas decisões relativas ao governo do reino. Há indícios que aproximam Tristão da Cunha à linha de orientação mais pragmática, adepta de uma política comercial para o Oceano Índico, facção liderada então pelo barão do Alvito, eminência parda da corte. Os italianos em actividade em Portugal no início do século XVI, tanto genoveses como florentinos, estariam especialmente interessados no comércio oriental, com o escopo de derrubarem o bloco veneziano-mameluco que dominava o mercado das especiarias<sup>143</sup>. Tristão da Cunha, como foi

<sup>138</sup> Subrahmanyam afirmou que, por um curto período, Manuel da Cunha era «aliado próximo do «círculo de Cochim»»: Cf. Sanjay Subrahmanyam, *A Carreira e a Lenda de Vasco da Gama*, Lisboa, 1998, p. 306 e *idem*, «Making India Gama: the project of Dom Aires da Gama (1519) and its meaning» in *Mare Liberum* 16, 1998, p. 38-39. Sobre o grupo de Cochim veja-se o artigo de Inácio Guerreiro e Vítor Rodrigues citado na nota 71.

<sup>139</sup> Cf. *História*, III, lxxv; *Lendas*, II, 189-190; *Ásia*, II, vi, 8.

<sup>140</sup> Ver nota 138.

<sup>141</sup> Cf. L. F. Thomaz, «L'idée imperiale manueline», in *La decouverte, le Portugal et l'Europe. Actes du Colloque*, Paris, 1990, pp. 35-103.

<sup>142</sup> Ver nota 69.

<sup>143</sup> Cf. L. F. Thomaz, «Os portugueses e a rota das especiarias», in *De Ceuta a Timor*, Lisboa, 1994, pp. 174-178.

sendo atrás dito, tinha diversas ligações ao meio mercantil de Lisboa, tanto com estrangeiros como com portugueses, alguns destes membros da corte que tomavam parte nas actividades mercantis<sup>144</sup>. Parece útil analisar a figura de Tristão da Cunha em correlação com a de Lopo Soares de Albergaria, próximos não só por laços familiares, pois este era seu cunhado, mas também por um mútuo e constante apoio e conselho. De facto, Lopo Soares poderá ter aconselhado Tristão da Cunha a não aceitar o cargo de governador ou vice-rei da Índia, na vagante de D. Francisco de Almeida, como sugeriu João de Barros<sup>145</sup>. E, como vimos, vários dos capitães da armada de 1506 tinham já acompanhado Lopo Soares em 1504.

Percorrendo a documentação, vai-se desenhando uma teia de cumplidades que envolvem Tristão da Cunha, o barão do Alvito e Lopo Soares de Albergaria. A cumplicidade deste trio é mais uma vez enunciada pela participação de Tristão da Cunha na armada de 1515, comandada pelo recém-nomeado Lopo Soares. É sabido que foi por instigação do próprio barão do Alvito que Lopo Soares foi indigitado para o cargo, em substituição de Afonso de Albuquerque<sup>146</sup>. É precisamente nesta conjuntura de enfraquecimento do círculo do monarca que este autorizou um contrato de João Serrão para a livre navegação e comércio pelos portos da Índia de duas naus. Uma destas foi adquirida por Tristão da Cunha para o seu filho primogénito Nuno da Cunha. Mas no decorrer da preparação da armada, o rei requisitou as duas embarcações, obviando assim a que estas pudessem comerciar pelo Índico.

Tristão da Cunha prontamente assumiu a defesa dos lesados. O que sobretudo impressiona no seu requerimento é não só a familiaridade com que o fidalgo se dirige ao monarca, como também a ameaça velada que podemos descortinar nas suas palavras: «se vosa alteza ha por bem que nos vamos a todallas partes da India em geral como se o nosso contrato estende esta bem e se nam leixamos de armar»<sup>147</sup>.

Em suma, Tristão da Cunha parece ter tido uma visão essencialmente económica da empresa ultramarina, guiada pela procura do lucro e do baixo custo. A mesma visão aparece já expressa no seu interesse pela prospecção da ilha de S. Lourenço, a qual poderia vir a ser uma «Índia de menos custo»<sup>148</sup>.

<sup>144</sup> Tais como D. Nuno Manuel, com quem Tristão da Cunha também teria interesses comerciais: veja-se o documento do ano de 1513 existente no Corpo Cronológico publicado em apêndice em Andrade, *op. cit.*, pp. 211-212.

<sup>145</sup> Cf. *Ásia*, II, i, 1. Damião de Góis parece convencido que de facto Tristão da Cunha assumiria a governança da Índia, caso falecessem D. Francisco de Almeida e Afonso de Albuquerque: cf. *Crónica*, II, xxi.

<sup>146</sup> Cf. L. F. Thomaz, «Os portugueses e a rota das especiarias», in *De Ceuta a Timor*, Lisboa, 1994, pp. 181-182. Veja-se ainda a contribuição de Alexandra Pelúcia neste volume.

<sup>147</sup> Cf. IAN/TT, C. C. I, 17-66. Lisboa, 31.I.1515, publ. em Andrade, pp. 219-221.

<sup>148</sup> Cf. Andrade, *op. cit.*, p. 83.

### A embaixada à Santa Sé – 1514<sup>149</sup>

Foi no final do mês de Outubro de 1513 que o rei D. Manuel nomeou os seus representantes à corte da Santa Sé em Roma<sup>150</sup>. Os escolhidos iam munidos de responsabilidades importantes e altos objectivos. O primeiro deles era a representação da coroa portuguesa no V concílio de Latrão, o qual teria lugar em Roma durante o mês de Março de 1514.

A escolha de Tristão da Cunha como líder da embaixada é sintomática da alta consideração do monarca por este fidalgo. A embaixada queria-se triunfal, espelho das espantosas conquistas dos portugueses pelos mares. Que melhor escolha do que Tristão da Cunha, como um desses homens que já tinham atravessado o cabo da Boa Esperança, pelejado com os inimigos da fé e descoberto novas terras? Seria um digno representante de D. Manuel que poderia dar um relato vivo das proezas portuguesas. Mas outros também saberiam dar conta dos «espólios da Índia»<sup>151</sup>. Qual terá sido a razão da escolha de Tristão da Cunha? A embaixada a Roma seria certamente de grande prestígio, valorizando a linhagem de quem a protagonizasse. No entanto, cremos que também as excelentes relações de Tristão da Cunha com os negociantes e banqueiros italianos, que poderiam também facilitar o financiamento da embaixada, terão pesado na sua escolha.

A embaixada foi cuidadosamente planeada, a fim de causar o espanto da corte pontifícia e dos representantes das restantes cortes europeias, mostrando a magnificência e a grandiosidade do poder manuelino – um poder que se pretendia universal e imperial<sup>152</sup>. A acompanhar Tristão da Cunha foram os seus três filhos, Nuno, Simão e Pero Vaz, símbolos de uma geração de jovens portugueses empenhados na luta contra os muçulmanos. Era a nação portuguesa a domar o exterior, o exótico representado pelo elefante obediente e pela onça domesticada.

A Tristão da Cunha se remeteriam provavelmente os assuntos de guerra e da expansão portuguesa, reservando-se os assuntos da igreja para os juristas que o acompanhavam<sup>153</sup>. Diogo Pacheco e João de Faria eram experientes juristas, o primeiro tinha aliás ido já na embaixada de 1505<sup>154</sup>. Seria Diogo Pacheco o autor da oração de obediência de 1514<sup>155</sup>, como já o tinha feito em 1505.

<sup>149</sup> Veja-se análise deste episódio em Andrade, *op. cit.*, pp. 119-131.

<sup>150</sup> Cf. *Corpo Diplomático Português contendo os actos e relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo*, Lisboa, tomo I, 1862, p. 209.

<sup>151</sup> Cf. *Ibidem*, p. 236.

<sup>152</sup> Cf. Ana Maria Alves, *As entradas régias portuguesas*, Lisboa, s.d., pp. 29-30.

<sup>153</sup> Vejam-se os apontamentos mandados por D. Manuel para orientação dos embaixadores: cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, I, pp. 446-454.

<sup>154</sup> Cf. Charles-Martial de Witte, *Les Lettres papales concernant l'Expansion portugaise au XVIe siècle*, Immensee, 1986, p. 29.

<sup>155</sup> Cf. *Oração de Obediência ao sumo Pontífice Leão X dita por Diogo Pacheco em 1514*, edição facsimilada com notas bibliográficas de Martim de Albuquerque e tradução portuguesa de Miguel Pinto de Meneses, Lisboa, 1988, 6 volume.

A embaixada foi um sucesso, representando a «coroação» da política manuelina. As expectativas do monarca acabariam por ser concretizadas pela aquiescência por parte da Santa Sé da maior parte dos requerimentos de D. Manuel. O papa Leão X permitiu a criação de novas comendas militares para a Ordem de Cristo através da bula *Redemptor noster*; também as reivindicações concernentes ao Oriente foram satisfeitas pela criação do bispado do Funchal, consagradas na bula *Pro excelenti praeminentia*<sup>156</sup>.

### O reinado de D. João III – notas finais

Tristão da Cunha era oriundo de um ramo secundário de uma linhagem da nobreza terratenente. O destino deste ramo familiar, que acabou por se aliar a membros da «nobreza de serviço» emergente durante o século XV, ligou-se inseparavelmente ao destino da Coroa e das suas actividades financeiras e comerciais. Tristão da Cunha teve o que podemos considerar uma carreira muito bem sucedida durante o reinado de D. Manuel. Em apenas uma década, este fidalgo logrou alcançar uma nomeação para a vedoria da Fazenda do reino, impondo-se como um dos homens de maior confiança de D. Manuel e acompanhando o rei em todas as ocasiões, mesmo as controversas<sup>157</sup>. Foi exactamente pela confiança e pela capacidade de conselho que o monarca o recomendou ao seu herdeiro<sup>158</sup>.

Uma das chaves do sucesso de Tristão da Cunha foi sem dúvida a sua relação privilegiada com o meio financeiro italiano em Portugal – não só com o armador Fernão de Noronha, mas sobretudo com Bartolomeu Marchionni, os Lomellini ou António Spíndola, que actuava nas ilhas da Madeira e dos Açores<sup>159</sup>. As suas actividades comerciais, que se estenderam a todos os braços do incipiente império, desde a Índia até Antuérpia, onde negociou açúcar, passando pela costa da Guiné e as ilhas atlânticas, permitiram-lhe um conhecimento profundo da conjuntura política e económica internacional, da qual o reino cada vez mais dependia.

A morte de D. Manuel em 1521 e a subida ao trono do seu sucessor resultaram numa actuação mais discreta de Tristão da Cunha, que por esta altura sofria diversas enfermidades que o impediam de frequentar com mais assiduidade a corte<sup>160</sup>, onde Nuno da Cunha pontuava então como vedor da Fazenda<sup>161</sup>. Tristão da Cunha não deixou, no entanto, de estar ligado à

<sup>156</sup> Cf. Ch. de Witte, *op. cit.*, pp. 40-42.

<sup>157</sup> Como o casamento de D. Manuel com D. Leonor, presenciado também por Tristão da Cunha. Cf. *Crónica*, iv, xxxiii.

<sup>158</sup> Cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, VI, p. 156.

<sup>159</sup> Cf. Andrade, *op. cit.*, pp. 108-109.

<sup>160</sup> Procuração para jurar o príncipe D. Manuel em Évora. Cf. IAN/TT, C. C. II, 2-18 e documento citado na nota 161.

<sup>161</sup> Ver nota 53.

câmara de Lisboa, cidade onde terá sempre residido. Aí terá participado na administração da cidade, pelo menos desde 1517<sup>162</sup>. Ainda em 1525 era nomeado procurador de Lisboa às cortes de Torres Novas<sup>163</sup>.

A partir das suas casas de Xabregas<sup>164</sup> este fidalgo continuou a manifestar-se no que respeitava a assuntos da Coroa. Tristão da Cunha utilizou a sua influência para favorecer os seus filhos e a sua clientela<sup>165</sup>. Dadas as suas actividades, a esfera de intervenção de Tristão da Cunha parece ter sido preferencialmente a área da administração ultramarina, onde colocou ao longo de décadas alguns dos seus criados. Além do já citado Duarte da Veiga<sup>166</sup>, também João Fernandes, um outro seu criado, exercera funções na Índia como feitor de Chaul a partir de 1515<sup>167</sup>. Por volta de 1534 Tristão da Cunha escreveu ao rei intercedendo a favor de Heitor de Coimbra, para que este fosse provido do cargo de piloto e patrão-mor da Índia, cargo que viria efectivamente a exercer<sup>168</sup>. Outro dos seus criados foi também nomeado meirinho de S. Jorge da Mina nos anos 30<sup>169</sup>.

A sua experiência e idade conferiam-lhe uma legitimidade que o sucessor do *Venturoso* não podia ignorar. D. João III não deixou de o consultar em 1534 sobre as praças de Marrocos<sup>170</sup>. Nas palavras do bispo de Silves, Tristão da Cunha «era daquele tempo» em que se investia nas campanhas militares em África<sup>171</sup>, e poderia fornecer preciosas informações sobre o terreno<sup>172</sup>. Em Marrocos e nas costas marroquinas serviam ou tinham servido alguns dos seus familiares<sup>173</sup>.

<sup>162</sup> Cf. *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa, Livros de Reis*, Lisboa, 1957, vol. I, p. 75 e vol. VII, p. 24.

<sup>163</sup> *Ibidem*, vol. I, p. 253.

<sup>164</sup> Cf. Andrade, *op. cit.*, pp. 224-225. Também o seu tio Álvaro da Cunha residiu em Xabregas, o que nos leva a considerar que esta propriedade de Tristão da Cunha pode ter sido herdada de seu tio: cf. *supra* nota 28.

<sup>165</sup> Veja-se a carta de Tristão da Cunha dirigida ao secretário António Carneiro, para que este resolvesse determinado assunto. Cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. XI, p. 176.

<sup>166</sup> Cf. nota 131.

<sup>167</sup> Cf. Segundo Barros era um «homem áspero»; foi morto pelos mouros de Chaul, em 1517, quando aí feitorizava: cf. *Ásia*, III, i, 6 e 7 e *Lendas*, II, 533. Será muito provavelmente o aio de Nuno da Cunha que o acompanhou na viagem de 1506 e estava ao seu lado em Socotorá: cf. *História*, II, xli; *Ásia*, II, i, 3 e 4.

<sup>168</sup> Cf. *Letters of the court of John III King of Portugal*, ed. J. D. M. Ford, Cambridge, Massachusetts, 1933, pp. 164-165.

<sup>169</sup> O criado chamava-se Francisco Vaz e o documento data de 1531: cf. *Arquivo Histórico Português* (doravante AHP), vol. 10, 1916, p. 126.

<sup>170</sup> Cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. I, p. 828. Para a contextualização da consulta, veja-se Maria Leonor Garcia da Cruz, «As controvérsias ao tempo de D. João III sobre a política portuguesa», in *Mare Liberum*, n.º 13, 1997, pp. 123-203.

<sup>171</sup> Cf. Pierre Cenival, *Sources inédites de l'histoire du Maroc. Portugal*, vol. II, pp. 694.

<sup>172</sup> Veja-se *supra* a sua possível participação na campanha de Orão.

<sup>173</sup> Lembremos que a sua filha bastarda D. Guiomar da Cunha era casada com Francisco Carvalho, filho de Álvaro de Carvalho, senhor de Canas de Senhorim: *Pedatura Lusitana*, tomo IV, vol. 1, p. 528 e Felgueiras Gayo, *op. cit.*, vol. III, 416. Os três filhos de D. Guiomar da

O serviço à Coroa permitiu a construção de um património familiar seguro<sup>174</sup>. Alguns anos mais tarde, em 1528, nas vésperas da partida dos seus filhos para a Índia, o rendimento total do seu património ascendia aos 9 contos e 740 mil reis<sup>175</sup>, rendimento considerável para um fidalgo<sup>176</sup>. Ao mesmo tempo que Tristão da Cunha obtinha rendimentos consideráveis graças à empresa marítima, não deixou de aspirar a uma terratenência – se bem que modesta – que pudesse vir a proporcionar aos seus filhos uma base de prestígio que ele próprio não tivera na juventude. O seu património foi em parte fruto da graça e generosidade real, que retribuía em mercês a lealdade dos seus servidores<sup>177</sup>. Assim, em 1510, o rei doou-lhe o senhorio de Gestaçô e Penajóia<sup>178</sup>, anteriores propriedades de seu tio Álvaro da Cunha. Apesar de não proporcionar rendimentos significativos<sup>179</sup>, não deixaram de adquirir

Cunha e Francisco de Carvalho serviram em diversas praças africanas, onde aliás todos faleceram nos finais do reinado de D. João III. A estreita conexão desta família a África iniciou-se com Álvaro de Carvalho. Este participou na expedição do duque de Bragança a Azamor em 1513 e foi capitão de Alcácer Seguer: cf. *Crónica*, III, xlvi. A grande maioria dos membros desta família desempenharam cargos em Marrocos durante toda a primeira metade do século XVI: cf. *Pedatura Lusitana*, tomo IV, vol. 1, pp. 523-524 e *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. IV, pp. 53-56. Também os seus filhos Nuno, Simão e Pero Vaz da Cunha tinham prestado serviço na defesa do Norte de África: Nuno em Safim, Pero Vaz da Cunha em Tânger e Simão da Cunha tinha sido capitão da armada do estreito de Gibraltar em 1521.

<sup>174</sup> Os rendimentos auferidos por Tristão da Cunha no início do reinado de D. João III podem ser contabilizados através de um registo feito por Afonso Mexia no ano de 1523. Aí podemos verificar que os seus rendimentos com origem em doações e rendimentos régios atingiam os 380.000 reais, donde a elevada soma de 250.000 reais provinham de uma tença anual vitalícia outorgada por D. Manuel por ocasião da embaixada de 1514. Cf. *AHP*, vol. 2, 1904, p. 116. Para a totalidade dos rendimentos veja-se o quadro n. 1 compilado por Banha de Andrade, *op. cit.* Como comparação, note-se que o assentamento anual dos titulares no final do reinado de D. Manuel estipulava uma tença anual vitalícia de 270.000 reais para os condes parentes do rei e somente 102.864 reais para os restantes condes: cf. João Cordeiro Pereira, «A estrutura social e o seu Devir», in *Portugal do Renascimento à crise dinástica*, ed. J. J. Alves Dias, *Nova História de Portugal*, ed. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, pp. 322.

<sup>175</sup> Como consta das suas partilhas feitas em 1528. cf. Andrade, *op. cit.*, pp. 226-238.

<sup>176</sup> Os rendimentos das casas titulares de menor dimensão, as dos condes do Prado, Abrantes, Feira e Linhares eram de cerca de 1.200.000 reais anuais: cf. Cordeiro Pereira, *op. cit.*, p. 319.

<sup>177</sup> Cf. Rita Costa Gomes, «A curialização da nobreza», in *O tempo de Vasco da Gama* (dir. Diogo Ramada Curto), 1998, pp. 187.

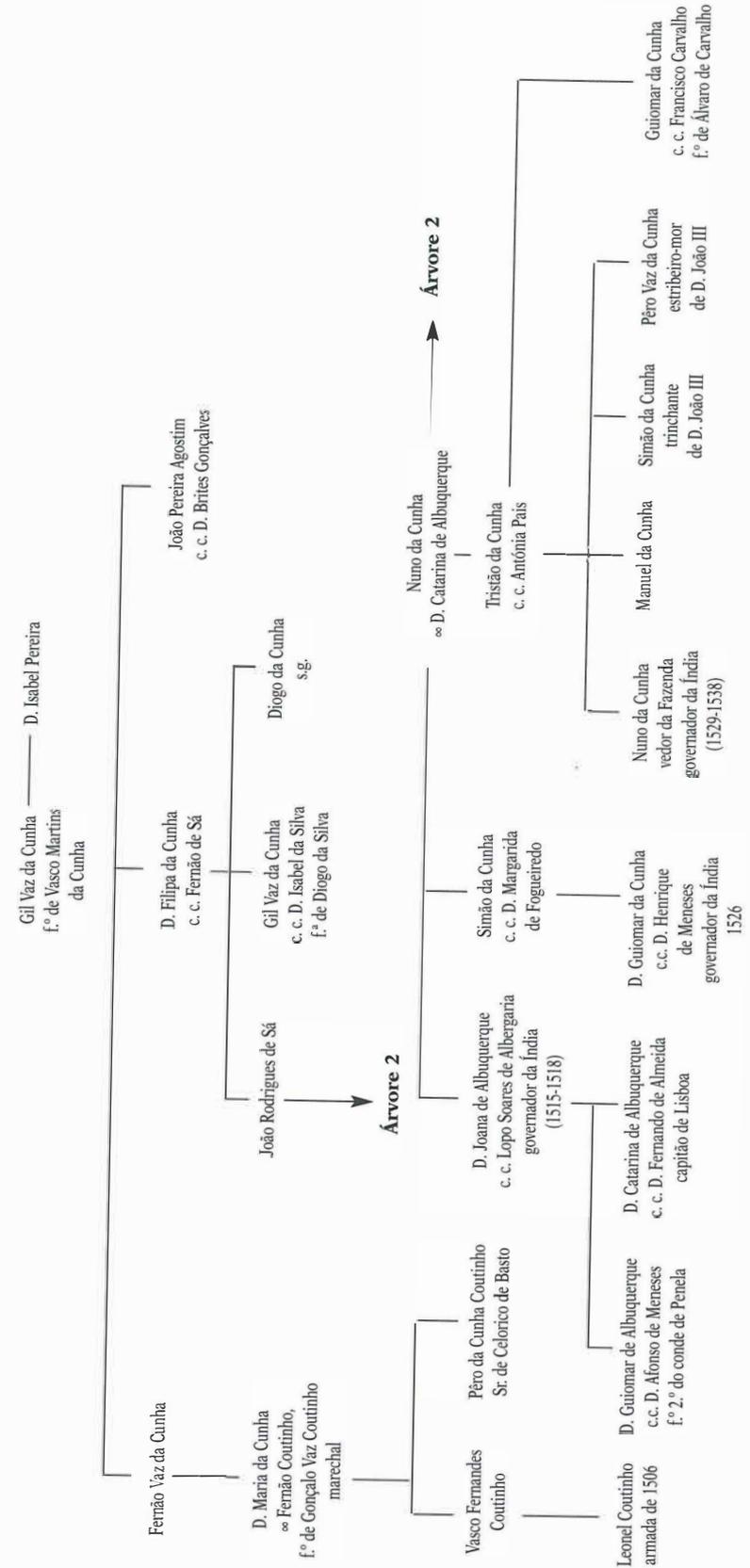
<sup>178</sup> Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 8, fl. 15 e Livro 5 de *Místicos*, fls. 68-69, publ. Em Andrade, pp. 208-209. Data de Almeirim, 18.IX.1510. A doação foi feita com todas as rendas, direitos, foros e tributos, com a jurisdição cível e crime, nos mesmos termos em que a tinha Álvaro da Cunha, seu tio falecido.

<sup>179</sup> Segundo os dados de uma inquirição efectuada em Gestaçô ou Giestaço, em 1530, o dito conselho era «chancelarião», sem cerca nem castelo e tinha 22 moradores na cabeça do concelho, o qual tinha duas léguas e meia por duas léguas e meia. Cf. *AHP*, vol. 7, 1909, p. 243. Quanto a Penajóia, em 1523 foram pagos a Tristão da Cunha 40.000 reais em satisfação das suas rendas, as quais tinham sido dadas ao conde de Marialva: cf. *AHP*, vol. 2, 1904, p. 116. Banha de Andrade faz uma descrição do senhorio, afirmando que não deveria ser a sede nem todo o concelho, mas sim que o senhorio seria restrito ao «concelho chãos» que ficavam «dentro

uma dimensão simbólica, acabando por ser transmitidos aos seus descendentes primogénitos<sup>180</sup>. Actuando em conformidade com os ideários nobiliárquicos, os seus rendimentos foram investidos em bens imóveis, nomeadamente em diversas propriedades fundiárias<sup>181</sup>.

Se para a alta nobreza todo o processo expansionista era, de certo modo, absolutamente marginal, para alguns sectores da nobreza revelou-se fundamental para a sua sobrevivência social e material, como parece ter acontecido com Tristão da Cunha. Para este fidalgo a Expansão contribuiu para a conquista de uma significativa influência política, sobretudo no que respeitava a assuntos ultramarinos, o que lhe proporcionou a possibilidade de promoção dos seus descendentes e da sua clientela.

### Árvore genealógica 1 Linhagem Cunha – ramo de Gil Vaz da Cunha

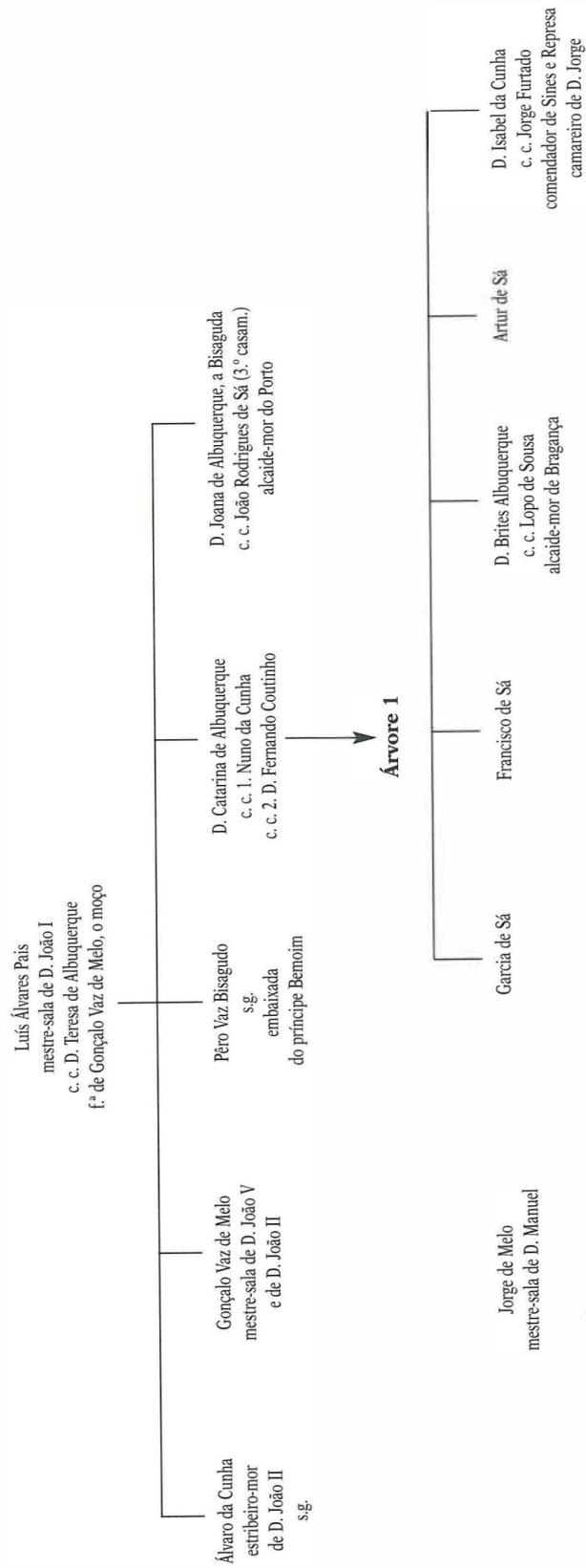


do termo deste concelho de Gyestaço», ao qual «chamam Ovelha». Este era do mestrado de Santiago. Viviam nele 51 moradores sendo um clérigo»: cf. *op. cit.*, p. 27.

<sup>180</sup> O senhorio de Gestaço foi herdado por Pedro da Cunha, filho primogénito de Nuno da Cunha. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 69, fl. 16.

<sup>181</sup> Tristão da Cunha tinha quintas no Ribatejo e nos arredores de Lisboa, além de casas em Évora e Lisboa, todas mencionadas nas suas partilhas. Cf. Andrade, *op. cit.*, pp. 226-238.

**Árvore genealógica 2**  
**Linhagem de Luís Álvares Pais**



NOTA: Árvore genealógica simplificada

## O CONDADO DE VILA NOVA DE PORTIMÃO

VALDEMAR COUTINHO  
CHAM

### O senhorio de Vila Nova de Portimão

Os períodos de convulsões políticas e de movimentações militares são propícios à mobilidade social, particularmente na camada superior da sociedade, porque uns vêem deteriorar-se o estatuto político-social de privilegiados e outros conseguem melhorá-lo, como aconteceu com a família Castelo Branco, a partir da segunda metade do século XV.

O reinado de D. Afonso V, após a batalha de Alfarrobeira (1449), foi uma dessas épocas, tendo-se verificado promoções a nível social e político, devido, em grande parte, às campanhas no Norte de África e à investida em Espanha, que culminou na batalha de Toro (1476). Com D. Afonso V, foram criados 14 títulos nobiliárquicos de raiz, enquanto nos reinados de D. João I, D. João II e D. Manuel apenas foram reconhecidos 15 novos titulares, no total <sup>1</sup>.

Entre os favoritos do conquistador de Alcácer Ceguer, Arzila e Tânger, esteve D. Gonçalo Vaz de Castelo Branco, pelos muitos serviços prestados. Serviu aquele rei e o seu filho D. João II, tendo sido «cavaleiro do Conselho delRey D. Afonso V, ... escrivão da Puridade, almotacé-mor, regedor da casa do cível e o 1.º governador dela, vedor da fazenda» <sup>2</sup>. Estas várias funções administrativas Foram-lhe, certamente, atribuídas por ter estado ao serviço do rei em Alcácer Seguer (1463), em Arzila (1471) e se ter destacado na batalha de Toro, como, para esta última situação, refere Damião de Góis, na *Crónica do Príncipe D. João*, apresentando-o como o primeiro que avançou,

<sup>1</sup> Cf. Luís Filipe Oliveira e Miguel Jasmim Rodrigues, «Um processo de reestruturação do domínio senhorial da Nobreza, a titulação na 2.ª Dinastia», in *Revista de História Económica e Social*, n.º 22, p. 81.

<sup>2</sup> Cf. Jacinto de Manso Lima, *Famílias de Portugal, cópia fiel do manuscrito original existente na Biblioteca de Lisboa*, dactilografado, 1925, vol. III, p. 247.